

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Pós Graduação em Ciências Sociais  
Mestrado em Ciências Sociais

Eduardo Freitas da Costa Silva

**ESTADO, SINDICATO E CUT:  
UMA ANÁLISE AS VÉSPERAS DO 10º CONCURTO**

Juiz de Fora  
2009

Eduardo Freitas da Costa Silva

**Estado, Sindicato e CUT:  
uma análise as vésperas do 10º CONCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Humanas e Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Profº Drº Ignacio Godinho Delgado

Juiz de Fora

2009

**Eduardo Freitas da Costa Silva**

**Estado, Sindicato e CUT:  
uma análise as vésperas do 10º CONCURTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Humanas e Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Ignacio Godinho Delgado (Orientador)

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Professor Dr. Eduardo Antônio Salomão Conde

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Professora Dra. Andrea Casa Nova Maia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A memória de Anderson Luiz, militante sindicalista do SINTAFRIOS-RJ, CUTista, defensor da livre organização dos trabalhadores, assassinado em abril de 2006 quando se dirigia para o sindicato e cujo crime ainda não foi apurado.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é o exercício mais prazeroso de todos neste trabalho. Agradeço aqueles que estiveram ao meu lado nesta jornada acadêmica que começou em 2001;

Agradeço aos meus pais, Paulo e Regina, e a minha irmã, Juliana, por incondicionalmente estarem sempre comigo, meus avôs *Nicanor* e *Rômulo* e minhas avós *Gahyde* e *Naiuf*, sempre com palavras carinhosas fazendo com que tivesse sempre confiança em mim mesmo;

Agradeço ao Professor *Rubem Barboza*, pela compreensão e incentivo; a Professora *Helena Motta* que abraçou essa dissertação desde o início; ao Professor *Ignácio Delgado* que as palavras não podem traduzir meus mais sinceros agradecimentos, ao funcionário e par, técnico administrativo, *Francisco Filho*, pela paciência e gentileza de sempre; Aos colegas discentes do Mestrado,

Agradeço aos meus amigos que fiz e tenho. Pessoas que aprendi a respeitar, a gostar e a querer. Pessoas que sabem que muitas vezes foram e hoje são a também minha família. Pessoas que conheci na UFJF, no Movimento Estudantil, na luta política, nas cervejas, no amor, nos sambas e nos bares, nos debates acadêmicos, nas Repúblicas, os que me acolheram em suas casas, os que fizeram de sua casa a minha casa, os que muitas vezes entenderam minhas ausências e os que me ajudaram na fase final e mais difícil, a de transformar em forma o conteúdo apreendido esses anos;

Seguem todos e todas que quero agradecer em ordem alfabética – opção metodológica neutra: *Alexandre Linares, Ana Luiza, Amanda Reis, Amanda Lopes, Bella, Beto Nogueira, Bruno Cachaça, Budha, Corina, Daniela Tranches, Diogo Tourino, Dudu Chipanza, Eliza, Elton, Fábio, Fajardo, Gilberto Paulino, João Paulo, Julinho, Luã, Maiycon Chagas, Malukinho, Marina Castro, Pedro Henrique, Priscila Chandretti, Popô, Raí Freitas, Raphaela Giffoni, Tatiana Salles, Thiago Ratinho, Renata Orlandi, Sabrina Binã, Sanderson, Shanti Braga, Tatiana Sales, Tia Ana, Tia Glória, Tia Jussara, Tia Marlúcia e Weyder Finamore*

*Cobertos de farrapos, curvados sob as cargas enormes, agitam-se como vermes numa atmosfera abrasada e irrespirável, humilhados na sua insignificância, ao lado de colossos de ferro, das montanhas de mercadorias, dos comboios que correm vertiginosamente, de todas essas coisas, enfim, feitas de pequeninos nadas que as suas mãos ajuntaram num todo uniforme e vivo. A sua obra escraviza-os, anula-lhes a personalidade.*

*Os barcos gigantes resfolegam como monstros de outras eras, parecendo porém cada silvo agudo uma nota de ironia e desprezo por esses homens que se arrastam sobre as pontes e vão encher-lhes os flancos com seus produtos do seu labor de escravos. As grandes filas de descarregadores tem o que quer que seja de ridículo e lúgubre. Curvados e anelantes, transportam enormes quantidades de trigo para goela insaciável daqueles ventres de ferro, a troco de uma miserável remuneração que mal lhes chegara para matar a fome. Esfarrapados, cobertos de suor, embrutecidos pela fadiga e pelo calor, que profunda ironia o contraste destas figuras lúgubres ao lados das máquinas reluzentes e poderosas, construídas pelas suas mãos, movidas pelos seus músculos e pelo seu sangue!*

*(Máximo Gorki – Os Vagabundos – "Malva" – 1897)*

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a trajetória da Central única dos Trabalhadores (CUT), no que se refere às percepções que desenvolve sobre a relação entre Estado e Sindicato. Discorreremos brevemente sobre o tratamento dado a esta relação na literatura sobre o sindicalismo brasileiro e nos debruçamos sobre as resoluções dos congressos da CUT, desde sua fundação até o presente, quando analisamos as proposições apresentadas pela direção da CUT às vésperas do 10º CONCUT. Em meio a continuidades e rupturas, salienta-se que a CUT evolui de uma perspectiva mais conflitiva, de distanciamento em relação a diferentes governos, para a admissão de uma postura de maior colaboração com o Estado, especialmente a partir da ascensão de Lula à presidência da República. Esta trajetória é marcada pela redefinição dos papéis desempenhados pela CUT que, ao lado da condição de instrumento de reivindicação dos trabalhadores, busca a interlocução com outros atores na sociedade civil, de modo a forjar alianças para enfrentar os dilemas associados aos processos de reestruturação econômica neoliberal. Todavia, tais mudanças se fazem com a reafirmação simultânea dos princípios proclamados na origem da central, de modo a firmar sua identidade num cenário marcado pela presença de correntes alternativas de organização sindical.

Palavras Chave: CUT. Sindicato. Sindicalismo

## **ABSTRACT**

The objective of this thesis is to analyze the trajectory of the Central Union of Workers (CUT), in relation to perceptions that develops on the relationship between State and union. We talked briefly about the treatment of this relationship in the literature on the Brazilian labor movement, and considers resolutions of the congresses of the CUT, since its founding to the present, when we analyze the proposals presented by the leadership of the CUT on the eve of the 10th CONCUR. Among the continuities and ruptures, it is noted that the CUT evolves from a more conflictive, to distance from the various governments for the acceptance of a position of greater collaboration with the State, especially since the rise of Lula as president Republic. This path is characterized by the redefinition of the roles played by the CUT that besides the condition of an instrument of the workers' demand, seeks dialogue with other actors in civil society, to forge alliances to confront the dilemmas associated with the processes of neoliberal economic restructuring . However, these changes are concurrent with the reaffirmation of the principles proclaimed in the origin of the CUT, in order to establish his identity in a setting marked by the presence of alternative current union organization.

Keywords: CUT. Trade-Union. Trade-Union Movement



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA**

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

CGT – Central Geral dos Trabalhadores (Brasil)

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores (Brasil)

CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

CSC – Corrente Sindical Comunista

DEM - Democratas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST – Movimento dos Sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PL – Partido Liberal

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PSOL – Partido do Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SDRT – Sistema Democrático de Relações de Trabalho

SDS – Social Democracia Sindical

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>SINDICATO X ESTADO – O NASCIMENTO DA CUT E A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO CONFLITIVA</b> .....	16
2.1	AS QUESTÕES PRÉ-CUT – OS DESAFIOS DA CONCLAT .....	19
2.2	I CONCURT: CONSOLIDANDO A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES .....	22
2.3	II CONCURT: AVANÇOS E MUDANÇAS .....	25
2.4	CUT COMO ORGANIZAÇÃO SINDICAL, DE MASSAS, CLASSISTAS REPRESENTATIVA, AUTÔNOMA E INDEPENDENTE: OS RESULTADOS DO III CONCURT .....	31
<b>3</b>	<b>O “AJUSTAMENTO” DISCURSIVO E DE SEUS PAPEL: OS RESULTADOS DO IV AO IX CONCURT</b> .....	37
3.1	IV CONCURT – A CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DA SOCIEDADE CIVIL .....	39
3.2	V CONCURT - AS CONSEQUÊNCIAS DO APROFUNDAMENTO NEOLIBERAL .....	43
3.3	VI CONCURT - AS TÁTICAS PARA O ENFRENTAMENTO AO MODELO NEOLIBERAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA FORMULAÇÃO PROPOSITIVA .....	49
3.4	VII CONCURT - AVANÇANDO NA CONSTRUÇÃO DA NOVA AGENDA SINDICAL .....	53
3.5	VIII CONCURT - A DISPUTA DA HEGEMONIA POLÍTICA VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE .....	57
3.6	IX CONCURT - OS DESAFIOS DA ERA LULA .....	60
<b>4</b>	<b>OS CAMINHOS E DESENVOLVIMENTO DO X CONCURT: AS NOVAS TAREFAS DA CUT</b> .....	65
4.1	O TEXTO BASE DA DIREÇÃO NACIONAL: AS DISCUSSÕES QUE ANTECEDEM O X CONCURT .....	65
4.2	O DESENVOLVIMENTO DO 10º CONCURT .....	75
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	79
	REFERÊNCIAS .....	82

## INTRODUÇÃO

A relação dos sindicatos com o Estado sempre foi um tema central na reflexão acadêmica sobre o sindicalismo brasileiro e uma dimensão importante da prática sindical no país. Não nos deteremos no período anterior a 1930, mas é significativo assinalar a nem sempre explícita antinomia que colocava de um lado as lideranças anarquistas, refratários a qualquer relação com o Estado, e de outro os trabalhistas, que enxergavam na produção legislativa, necessariamente sancionada pelo Estado, o melhor caminho para enfrentar as mazelas da condição operária.

Sem entrar no debate sobre o “significado político da Revolução de 1930”, é possível afirmar, contudo, que a relação do sindicato com o Estado torna-se parte da agenda central de um e de outro a partir de então. Por um lado, porque o Estado vai buscar no enquadramento dos sindicatos à ordem corporativa um mecanismo de neutralização das lutas operárias e de incorporação destes à ordem política e social que se construía. Por outro lado, porque os sindicatos dos centros econômicos mais avançados resistem tenazmente à sindicalização corporativa, embora esta tenha efeito desigual sobre o conjunto dos trabalhadores, servindo mesmo à sua mobilização naquelas regiões onde era escassa a prática sindical.

Todavia, no campo intelectual é que emerge a influência mais importante até o momento na avaliação das relações entre sindicato e Estado no Brasil. Referimo-nos, como não poderia deixar de ser, à obra de Oliveira Vianna (1951), que vai tratar do tema em conexão com a formação da sociedade brasileira, que analisa como insolidária, avessa à organização associativa, despida de cultura cívica. Nestes termos, a imposição do sindicalismo corporativo é para Vianna uma exigência da reforma da sociedade brasileira, a ser efetuada necessariamente de forma autoritária, dadas as características de nossa formação. É importante ressaltar, contudo, que Vianna não pensa o sindicalismo corporativo apenas como um instrumento discricionário do Estado e do poder patronal. Na verdade, ele envolvia a sindicalização de uma roupagem comunitarista, que deveria circunscrever a articulação entre Estado, trabalhadores e empresários na construção de um processo de colaboração que não conseguia ver brotar espontaneamente na sociedade brasileira. Por isto mesmo, deixa o governo Vargas no início da década

de 1940, quando este cede às pressões da FIESP para mitigar a estabilidade no emprego que deveria acompanhar seu modelo de relações de trabalho e organização sindical. Todavia, a interpretação de Vianna serviu de base à elaboração da imagem da outorga – cuja contraface é a idéia de uma classe operária informe – e teve enorme impacto sobre a trajetória posterior da reflexão acadêmica relativa ao sindicalismo no Brasil. (VIANNA, 1951)

A idéia de uma classe operária anódina, com pouca inclinação à associação, acompanha toda uma tradição intelectual que vê na origem rural dos trabalhadores, nos índices elevados de mobilidade estrutural, na permanência de relações patriarcais nas fábricas brasileiras o elemento gerador desta incapacidade, embora não acompanhem as prescrições de Vianna. É o caso de Juarez Brandão Lopes (1964) e Leôncio Martins Rodrigues (1974). Numa postura crítica vamos encontrar Evaristo de Moraes Filho (1978), Aziz Simão (1981), Francisco Weffort (1970) e Luiz Werneck Vianna (1999), apenas para focalizar alguns clássicos da reflexão intelectual brasileira sobre o tema.

Em Aziz Simão, importa ressaltar o entendimento de que a origem da legislação trabalhista e social não derivou de uma ação unilateral do Estado, mas das pressões operárias que acompanham o incremento da urbanização e da industrialização, inclusive antes de 1930, acarretando como resposta do Estado uma ainda incipiente produção legislativa. Após 1930, este processo se amplia e tende a ser circunscrito pelo Estado, mas nunca como uma via de mão única (SIMÃO, 1981). As reflexões de Evaristo de Moraes Filho, na crítica à ideologia da outorga, aproximam-se das desenvolvidas por Simão. Importa, contudo, ressaltar sua defesa de uma das dimensões da estrutura sindical corporativa, a unicidade sindical, vista como capaz de assegurar a influência dos trabalhadores, desde que purgada de sua dimensão autoritária. (MORAES FILHO, 1978)

Weffort, pela influência direta que teve sobre nosso objeto, merece um registro ligeiramente mais extenso. No limite, este autor vai efetuar, às avessas, leitura similar à de Oliveira Vianna sobre o sindicalismo brasileiro. Oliveira Vianna prognosticou a impossibilidade do desenvolvimento espontâneo do associativismo entre os brasileiros, inclusive os trabalhadores, recomendando sua incorporação ao corporativismo sindical. Weffort vai assinalar que o corporativismo impediu o

movimento operário brasileiro se apresentar na cena política inaugurada em 1945 com a queda do Estado Novo como um sujeito autônomo (WEFFORT, 1970). A origem da sobrevivência do corporativismo sindical seria o apoio do PCB a Vargas, em meio à coalizão de classes que unia agrários e a burguesia industrial sob a tutela do Estado, no âmbito do *populismo*. A propalada incapacidade dos trabalhadores brasileiros em levar adiante um projeto de classe, sua debilidade organizativa, sua falta de autonomia não seriam, pois, derivados de dimensões sociológicas de sua formação, mas de escolhas políticas que redundaram na contenção da liberdade sindical e da autonomia política dos trabalhadores, pela vigência de do corporativismo e pelo predomínio de uma coalizão policlassista, em que aparecem como parceiros subordinados. (WEFFORT, 1970)

A obra de Luiz Werneck Vianna trata deste tema, mas em uma nova chave. Trata-se de entender a formação da ordem liberal no Brasil tendo como foco o mercado de trabalho. Assim, Vianna observa como a montagem do corporativismo sindical apenas conferiu uma roupagem de caráter público ao apetite do indivíduo liberal, uma vez que purgado da dimensão comunitarista que lhe queria emprestar Oliveira Vianna. Neste sentido, potencializou apenas sua face coercitiva e favoreceu o poder patronal. Em boa medida, a análise de Werneck Vianna aproxima-se da de Weffort, embora não admita que as escolhas efetuadas pela esquerda em 1945 possam ser tomadas como responsáveis pela sobrevivência do corporativismo. Na verdade, Werneck Vianna observa que o corporativismo deixara de ser parte central da agenda do próprio Vargas, que buscava uma aproximação com os trabalhadores para alargar as bases de sustentação de um projeto econômico nacionalista. De fato, importa ressaltar quem na Constituinte de 1946, não partiu do PTB, nem do PCB, a defesa do corporativismo. (VIANNA, 1999)

Poderíamos estender este balanço para outros autores. Todavia, o que nos importa é indicar como a trajetória intelectual brasileira, no que se refere ao sindicalismo, estava fortemente marcada pelo debate das relações entre Estado e sindicato. No crepúsculo da ditadura militar, após duas décadas de presença de um juízo negativo, na intelectualidade e na esquerda, sobre o período que se estende de 1945 a 1964 - por força do predomínio da abordagem vinculada ao conceito de

populismo - a emergência do novo sindicalismo se faz com o propósito de negar o corporativismo sindical e a tutela do Estado. É neste ambiente que nasce a CUT.

Dos estudos sobre a CUT, importa destacar as contribuições de Iram Jacome Rodrigues e Leôncio Martins Rodrigues. O primeiro salienta os processos que conduziram à formação da CUT, associando-a ao fortalecimento da democracia e da cidadania, que acarretam a negação do sindicalismo corporativista e da tutela do Estado. A análise do autor, do final da década de 1990, identifica neste momento uma mudança de postura da CUT, que se afasta da perspectiva inicial de enfrentamento, para uma postura que privilegiava a negociação, identificando ali uma problemática inerente à sua própria institucionalização. (RODRIGUES, 1997)

Leôncio Martins Rodrigues analisa os rumos iniciais da CUT, apontando uma relação paradoxal entre discurso e prática adotada pelos sindicatos cutistas. Segundo Martins, as lideranças cutistas reverberavam um discurso de combate à estrutura sindical oficial, mas, simultaneamente, se esforçam para ocupar esses mesmos espaços, travando disputas importantes com os representantes do sindicalismo oficial para obtenção do controle dos sindicatos existentes. Tal prática para Rodrigues, coloca o sindicalismo corporativo como integrado na sociedade e no sistema político brasileiro, sendo, de fato, aceito, na prática, por todas as correntes sindicais brasileiras. (RODRIGUES, 1990)

Nosso trabalho corrobora parte dos dilemas apontados pelos dois autores, parte de uma análise sistêmica e com um olhar que privilegia o todo em detrimento a particularidades e recortes menores. Quando optamos por analisar as resoluções dos congressos cutistas, nós o fazemos por avaliar que tal opção analítica nos possibilita uma observação que enxerga a situação atual tributária de todas as rupturas e continuidades da história do movimento sindical brasileiro, não optando aqui por cortes diacrônicos entre o novo e o velho sindicalismo.

No primeiro capítulo deste estudo, nossa análise focaliza os momentos de criação da CUT até seu III Congresso realizado em 1988. Em pouco mais de dez anos identificamos uma opção clara e definida da Central, por uma tática de confronto e negação do Estado, até como parte de afirmação de sua identidade, forjada através da negação do sindicalismo corporativista. As resoluções dos congressos que se estendem do IV CONCUR ao IX CONCUR são analisadas em

nosso segundo capítulo, onde é observada uma tentativa da CUT de ajustar seu discurso diante de novas tarefas e desafios. Em cenários marcados pela acentuação da importância das disputas eleitorais, pela proeminência da ideologia neoliberal e pelo aprofundamento da reestruturação produtiva, a CUT se apresenta não só como representante classista, mas como um ator que, na sociedade civil, defende valores progressistas e democráticos, mudando sua postura em relação ao Estado. O terceiro capítulo parte para a análise do desenvolvimento do 10º Congresso da CUT, identificado pelo estudo como um marco importante na história da Central. Ao findar o segundo mandato de Lula na presidência, o X CONCURT revela que a CUT não sai ileso ou indiferente desse período. Identificando um cenário de árdua disputa entre diferentes projetos sindicais, às vésperas de mais uma disputa eleitoral entre dois projetos distintos, a CUT se coloca na tarefa do que chama de implementação de um novo modelo de desenvolvimento frente ao cenário de crise e de questionamento ao modelo neoliberal aberto desde o final do ano de 2008. Esta perspectiva é, contudo, associada à defesa de princípios que marcam sua identidade, postura necessária à afirmação da central diante da disputa com outros projetos sindicais.

## **2. SINDICATO X ESTADO – O NASCIMENTO DA CUT E A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO CONFLITIVA**

Nosso intuito, neste capítulo, é realizar uma breve análise das primeiras resoluções congressuais da CUT e perceber como se edifica a relação entre a Central e o aparelho estatal. Focalizamos neste momento inicial a análise dos três primeiros congressos (1983, 1986 e 1988), em que é perceptível um perfil mais conflitivo e menos colaboracionista com o Estado no sindicalismo cutista. É nesse período que a CUT firma e referenda suas principais definições, que vão desempenhar papel significativo nos anos e acontecimentos seguintes.



O período que agrega os três primeiros congressos a serem analisados, de 1983 a 1988, é tributário direto do período de transição do regime autoritário a ordem democrática no Brasil, que ocorreu sem a ruptura com a velha ordem vigente nem sequer com a substituição da elite dirigente estatal (Delgado, 2000), porém com importante expansão dos limites institucionais após a Constituição de 1988.

Se no plano internacional a economia estava marcada pelo cenário de crise, desencadeada ao início da década, no Brasil tinha como traços preponderantes o alto processo inflacionário e uma crise financeira do Estado, ainda que a capacidade de geração de empregos apresentasse os mesmo níveis de outros momentos (Delgado, 2000). No plano político a transição democrática, a campanha das “Diretas Já” e a Constituinte trazem à cena novos atores políticos.

No findar da década de 70, tem importante destaque a volta das mobilizações operárias e populares em torno dos direitos da cidadania, além das lutas pontuais de diversas categorias, em especial no ABC, que colocavam no cenário político a busca de recuperação do poder de compra<sup>1</sup>, frente ao quadro inflacionário da época. (Moises, 1976)

É nesse quadro que, segundo Delgado, para além das disputas de caráter parlamentar ocorridas,

“um vigoroso movimento sindical afirmava-se na cena política, ao mesmo tempo em que emergiam modalidades novas de associativismo, que davam vazão às demandas de participação de setores diversos, represadas por quase duas décadas de autoritarismo (...) Nos anos 70 e 80 assistiu-se a expressiva expansão do sindicalismo entre os trabalhadores rurais e os assalariados de classe média, bem como à constituição, a partir dos núcleos mais modernos da indústria, de uma corrente sindical - o assim chamado *novo sindicalismo* - refratária à tutela estatal sobre a vida dos sindicatos, ainda que ambígua em relação à supressão da estrutura corporativa. Tal corrente impulsionou a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), que se viabilizava como rebento inesperado da reforma partidária de 1979. Em 1983, as lideranças sindicais ligadas ao *novo sindicalismo* criaram, ainda, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se tornaria a mais importante central sindical do país. Nas lutas dos trabalhadores, pois, iam

---

<sup>1</sup> Entre 1973 e 1974, houve uma sobreperda real da ordem de 39,1% nos salários dos trabalhadores segundo fontes do próprio governo. Ainda segundo os mesmos números oficiais entre 1969 e 1976, enquanto a atividade industrial crescera 57,5%, o salário médio real chegava a um aumento de 23,1%. (Moises, 1976, p.82-83)

sendo superadas as limitações legais ao direito de greve e à livre organização sindical.” (DELGADO, 2000)

O cenário aponta para um movimento diversificado em sua composição, mas que demonstra capacidade suficiente de organização e mobilização da sociedade brasileira buscando caminhos que levassem a ampliação de direitos, de participação política direta, e talvez o principal: apego aos princípios democráticos e rejeição ao autoritarismo (Delgado, 2000)

A divisão colocada entre os Congressos da Central Única dos Trabalhadores é tema freqüente da literatura, existindo, como podemos ver, em Antunes (1982), Boito (1991), Gianotti (1991) entre outros. Nossa opção analítica de separar os três primeiros congressos juntamente com a CONCLAT, se deve ao fato de percebermos que a concepção de conflito e de caracterização do Estado como não-colaborador a priori do movimento sindical é patente. A negação da estrutura sindical corporativa e a rejeição das práticas anteriores do sindicalismo brasileiro, quase sempre ligadas ao aparelho estatal, eram pilares que contribuem para a formação da identidade CUT e aparecem com mais força e mais corpo nesses primeiros congressos, repetindo-se ao longo de toda história da Central, porém nos momentos subseqüentes de outras maneiras e com menos intensidade.

A CUT, nascida em 1983, de um movimento de setores do sindicalismo brasileiro contra o modelo sindical existente, tornou-se, ao longo de sua existência, a referência de um modelo sindical no Brasil, alcançando, inclusive, primazia quantitativa no seio do sindicalismo brasileiro. Acreditamos que, ao considerar suas posições e relações com o Estado abarcamos grande parte das relações do sindicalismo em geral, mesmo sabendo que outros setores foram relevantes em diversos momentos pontuais nesse limite temporal da análise.

Avaliamos que a consolidação e desenvolvimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) é resultado de todo um histórico de consolidação e organização da classe trabalhadora no Brasil. De modo mais geral, é um processo iniciado no último quarto do século XIX, envolvendo as mais diferentes formas e concepções (associações mutualistas, ligas de resistências, sindicatos, uniões e

grêmios culturais),<sup>2</sup> passando por períodos notadamente relevantes como o do sindicalismo corporativista nas décadas de 30 e 40, o do sindicalismo de cunho trabalhista nas décadas de 50 e 60, e o processo de reorganização e de ascensão das mobilizações no fim da década de 70, a emergência de um *novo sindicalismo* na década de 80 e, por fim, o refluxo e modificações no cenário produtivo e sindical que marcam as décadas de 90 e início dos anos 2000.<sup>3</sup>

## 2.1.. As questões pré - CUT - Os desafios da CONCLAT

Resgatar elementos importantes que precederam a criação da Central Única dos Trabalhadores, principalmente os anos imediatamente anteriores em que importantes embates, divergências e unidades aconteceram, auxilia-nos a entender sua fase inicial e a compreender sua evolução até a situação atual.

Na segunda metade da década de 70, as lutas pelas liberdades democráticas e a reorganização dos movimentos políticos no Brasil ganham forma e impulso. É nesse horizonte que nasce a corrente sindical denominada *novo sindicalismo*, *sindicalismo combativo* ou *sindicalismo autêntico*, que tinha como características básicas a organização e fortalecimento das oposições sindicais em disputa com os dirigentes sindicais apontados como pelegos, a combatividade e enfrentamento na luta pelas reivindicações, o princípio de organização por local de trabalho (OLT), a crítica contundente da estrutura sindical vigente e também a origem dos seus dirigentes que, em sua maioria, não eram dos partidos da esquerda tradicional (CUT, 2007). Tais características não surgiram de uma hora para outra, foram moldadas ao longo da própria prática sindical desde o final da década de 60. Em conjunto com a reestruturação de todos os movimentos sociais e políticos, outras correntes começam a se reorganizar, vinculadas ao PCB e ao MDB, lançando a

---

<sup>2</sup> Para análise do desenvolvimento das fases iniciais de organização dos trabalhadores e do sindicalismo brasileiro ver (Fausto, 1976); (Dias, 1977); (Simão, 1981); (Rodrigues, 2000)

<sup>3</sup> Nosso objetivo não é polemizar sobre as possíveis fases do movimento sindical brasileiro; neste momento nos interessa apenas um quadro mais geral que possibilite pensar a CUT como um processo histórico e não pontual. Sobre as fases do desenvolvimento do sindicalismo brasileiro ao longo de sua história ver (Erickson, 1979) (Boito, 1991)

idéia de uma conferência nacional da classe trabalhadora (CONCLAT) em oposição ao IV congresso das classes produtoras (CONCLAP), realizado por iniciativa das entidades empresariais.

Após várias idas e vindas, de rupturas e acordos entre as partes<sup>4</sup> interessadas na realização da CONCLAT, em março de 1981, é aprovada a conclamação aos trabalhadores brasileiros para participação na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, e instituída uma Comissão Executiva da CONCLAT, responsável pela sua preparação e organização. Estava aberta a possibilidade para a construção de um organismo unitário para o movimento sindical. (CUT, 2007)

Depois de quase quatro anos de preparação, 5247 delegados representando 1126 entidades sindicais se reuniram nos dias 21, 22 e 23 de agosto em Praia Grande, São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis de São Paulo. As disputas polarizaram-se entre duas correntes principais. De um lado o “novo sindicalismo”, contrário à estrutura sindical vigente, partidário da autonomia sindical e da organização dos trabalhadores em locais de trabalho. De outro lado, a “unidade sindical”, que carregava consigo a CONTAG e federações importantes, defendendo a unicidade sindical. Os militantes, identificados com PCdoB e o MR8, hegemonicamente lideraram este bloco. Setores ligados à Pastoral Operária e à Oposição Metalúrgica de São Paulo, os trotskistas e outros grupos à esquerda dos comunistas agruparam-se junto ao bloco do “novo sindicalismo”. (CUT, 2007)

Após tensão natural no plenário, quando se apresentaram duas chapas para disputa da entidade que se propunha erigir, um acordo foi realizado a fim de se preservar a unidade do encontro e buscar a unidade na ação. Elegeu-se uma comissão executiva da comissão nacional PRÓ-CUT, em que os partidários da “unidade sindical” e seus aliados tinham maioria. A tônica dos trabalhos, tanto da comissão nacional PRÓ-CUT quanto da Comissão Executiva foi a disputa contundente entre as posições e concepções políticas, colocando por vezes em

---

<sup>4</sup> Para ver os debates importantes entre as correntes sindicais nos acontecimentos que antecederam a CONCLAT ver capítulo II: Nasce a CUT – embates na formação de uma central classista, independente e de luta.

segundo plano sua principal tarefa: a construção do congresso de fundação da CUT. (CUT, 2007)

O desenvolvimento dos acontecimentos demonstrava o conflito permanente entre os grupos. Após mais divergências sobre as datas e a época oportuna para fundação da Central, permanecia, ainda, a expectativa de construção unificada da central sindical. Porém, em junho de 1982, a “unidade sindical” questionou a não participação das confederações e federações oficiais, sem as quais seria impossível a realização do Congresso. Os partidários do “novo sindicalismo” viam ali uma manobra política e não apenas uma simples alteração no regimento interno. Assinalavam que se pretendia a incorporação à organização do Congresso da CUT de elementos do sindicalismo aos quais se atribuía a pecha de peleguismo e de setores que defendiam a estrutura sindical oficial. (CUT, 2007) As negociações ocorriam num cenário marcado pela expectativa das eleições parlamentares e para governador, ocorridas naquele ano, mas um novo elemento adicionou-se ao cenário: a mobilização direta da classe trabalhadora. Depois de atos e manifestações modestas durante o ano, foi preparada uma grande demonstração e convocada para dia 21 de julho de 83 uma greve geral de 24 horas, que não contou com o apoio de todos os setores da central. A greve foi considerada um passo importante para o destino da organização da classe trabalhadora, já que cerca de 2 milhões de pessoas estiveram presentes nas manifestações (RODRIGUES, 1990).

Neste quadro, para os setores ligados ao “novo sindicalismo”, não se poderia postergar a fundação da nova Central marcada para agosto. No entanto, na primeira quinzena de agosto circulam no movimento sindical dois documentos, dos grupos majoritários do sindicalismo brasileiro, retratando de forma clara duas concepções e duas táticas. A “unidade sindical” chamava uma reunião para 20/21 de agosto já publicamente anunciando a proposta de adiamento do congresso em 60 dias. O “novo sindicalismo” chamava a CONCLAT para fundar a CUT nos dias 26, 27 e 28 de Agosto (CUT, 2007). Tal divergência de data buscava, na verdade, minimizar uma discussão mais profunda sobre “as concepções sindicais e políticas entre os dois blocos que se mostravam inconciliáveis” (CUT, 2007, p 97)

O encontro convocado pela unidade sindical ocorreu em 21 de agosto e deliberou pela realização do congresso de fundação da central em 4, 5 e 6 de

novembro. O CONCLAT convocado pelo “novo sindicalismo” (que invertera a posição na PRÓ-CUT, alcançando a maioria) realizou seu congresso em agosto em São Bernardo do Campo e, na presença de 5000 delegados, criou a Central Única dos Trabalhadores. (CUT, 2007)

Interessa-nos, aqui, não dissertar de forma pontual sobre a abrangência de todos fatos e acontecimentos que desembocaram na fundação da CUT. O importante é salientar que a relação com a estrutura sindical vigente era o que dava contornos as concepções sindicais. Nesse sentido, a identidade da CUT se forjava pela negação da interferência do Estado no movimento sindical e pela afirmação de sua autonomia.

## **2.2. O I CONCURT: consolidando a organização dos trabalhadores de forma independente**

O primeiro congresso da CUT ocorreu em agosto do ano de 1984, com mais de 900 entidades, que enviaram ao congresso 5260 pessoas, entre delegados e observadores, representando mais de 11 milhões de trabalhadores. Os debates conjunturais mais salientes na época versavam sobre a participação da CUT na Greve Geral de 1983, sobre a participação na campanha “Diretas Já”, assim como a participação em movimentos grevistas pontuais. Importante aqui destacar a resolução que denuncia o caráter conciliador do Colégio Eleitoral, colocando a posição da central sobre o processo de transição política negociada que se desenvolvia no país:

“A CUT lutará pelo fim do regime militar e contra a candidatura de Paulo Maluf, que expressa sua continuidade e também se posiciona firmemente contra a proposta da Aliança Democrática e a candidatura de Tancredo–Sarney, porque representa a conciliação com o regime, a preservação dos acordos com o FMI e a traição política da vontade democrática e das reivindicações mais elementares do povo brasileiro” (I CONCURT, 1984)

Os eixos da agenda do congresso foram: a) a CUT como uma grande vitória dos trabalhadores; b) conjuntura nacional; c) um plano de lutas a fim de instrumentalizar os trabalhadores nos desafios colocados; d) a questão agrária; e) a própria questão sindical. Um dos pontos mais relevantes colocados em debate nesse primeiro congresso, que demonstrava um pouco de todo processo que ali desembocava, era a proposta de criação de uma *nova estrutura sindical* em oposição à velha estrutura caracterizada pelas resoluções como corporativista, verticalista, conciliadora, submissa ao Estado e assistencialista. Na caracterização dessa herança, pode-se destacar a crítica ao *imposto sindical*, que tinha uma “forma paternalista de resolver o problema de sustentação financeira”, além de levar ao controle financeiro dos sindicatos por parte do Estado “para evitar que os trabalhadores decidam investir nas lutas”, bem como a crítica ao *controle político*, que permite ao “Estado decidir quem pode dirigir um sindicato”. A nova estrutura sindical deveria ser discutida amplamente pelo conjunto do movimento sindical sob a base dos princípios aprovados no I CONCUR, assinalando-se que uma proposta seria preparada para uma plenária nacional em 1985. Os princípios, segundo a íntegra das resoluções, eram:

“*Democracia* : a nova estrutura sindical deverá ser um mecanismo regido pela mais ampla democracia em todos os níveis e em todos os seus organismos e instâncias garantindo, desta forma, a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões; *Sindicato classista e de luta* : dentro da realidade de conflito de classes em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos combatendo a política de colaboração de classe e não compactuando com planos de governo que firam os interesses dos trabalhadores; *Ação sindical* : o novo sindicalismo desenvolverá uma ação sindical de combate a todas as formas de exploração tanto na cidade como no campo, utilizando-se de todas as formas de luta que achar oportunas e que levem a reais conquistas econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores; *Liberdade e autonomia sindical* : a mais ampla liberdade sindical em todos os locais de trabalho, em todas as instâncias, em todas as formas de relacionamento e solidariedade em nível nacional e internacional serão os princípios do novo sindicalismo. Os trabalhadores serão soberanos em suas decisões, não permitindo intromissões da parte da classe patronal, do governo, dos partidos políticos, de concepções religiosas e filosóficas e de outras instituições; *Organização sindical* : os sindicatos serão organizados por ramo de atividade produtiva. Os trabalhadores criarão suas formas

de organização desde os locais de trabalho até a Central Sindical, seu órgão máximo. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical tanto no setor privado como no setor público de qualquer nível. As assembleias de trabalhadores decidirão sobre seus Estatutos, obedecendo aos princípios aqui expostos; *Eleições sindicais*: todas as eleições sindicais serão livres e diretas em qualquer instância. Serão controladas por mecanismos criados pelos próprios trabalhadores garantindo a democracia conforme definida nesta carta de princípios; *Sustentação financeira*: os trabalhadores, em seus diversos ramos produtivos e em suas diversas instâncias organizativas, criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta. Todas as formas impostas de sustentação financeira deverão ser abolidas, sendo a assembleia de trabalhadores soberana para decidir como arrecadar fundos, como distribuí-los pelos diversos itens do plano de ação sindical e de solidariedade. Os trabalhadores decidirão livremente sobre o emprego e destino dos recursos materiais e financeiros; *Sindicalização*: o novo sindicalismo buscará a sindicalização de todos os trabalhadores visando ao fortalecimento da luta, da organização e da autonomia financeira; *Da unidade e da Central Sindical*: o novo sindicalismo se funda no princípio da unidade sindical, sempre pela base. Esta unidade se dará desde a organização nos locais de trabalho até a Central Sindical. (I CONCURT, 1984)

A resolução demonstra o anseio de toda uma parcela do movimento sindical em superar um modelo de organização que vigorava há anos. Mesmo com algumas pequenas posições divergentes de setores ligados ao sindicalismo oficial, poderia se dizer que unificava a todos os delegados, naquela ocasião, a sistemática negação da velha prática sindical, tributária, resultado, para muitos, de uma estrutura sindical corporativista que se mantinha até então. A autonomia sindical, tema importante e recorrente, vai merecer destaque no Estatuto aprovado para a central, no artigo 6º, atestando que as formulações sobre a organização sindical e a não-interferência do Estado eram majoritárias. Podemos ler:

“a CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizando os trabalhadores a partir de seus locais de trabalho. A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora. O sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas.” (I CONCURT, 1984)



Mesmo sendo palco das disputas remanescentes da CONCLAT e da PRÓ-CUT, o Congresso definiu um Plano de lutas em que se destacavam as seguintes bandeiras: fim do pagamento da dívida externa, rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional), reajuste salarial, redução de jornada sem redução de salários, reforma agrária, política de habitação, contra a privatização das estatais. No terreno sindical, destacamos a luta pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores, pelo fim das intervenções nos sindicatos e pela anistia dos diretores cassados em mobilizações anteriores.

Na parte final das resoluções se concentram as normatizações sobre o funcionamento da Central, além da enunciação dos princípios que a norteariam. Merece destaque a defesa de uma sociedade sem exploração e democrática, da unidade da classe trabalhadora, da liberdade e autonomia sindical, da unidade com os movimentos populares, da independência da classe trabalhadora, da solidariedade internacional entre os trabalhadores e da organização por local de trabalho.

Nesse momento os trabalhadores estavam armados de uma organização que iria jogar peso decisivo na cena política brasileira nos anos posteriores. Sua criação era resultado de um acúmulo de idéias que se desencadeia no fim da década de 60, mas é resultado, também, de um processo histórico que é a própria formação da identidade do sindicalismo brasileiro. De forma explícita e sólida se estabelecia os princípios de uma organização independente do Estado.

### **2.3. O II CONCUR: avanços e mudanças**

Em agosto de 1986, no Rio de Janeiro, era realizado o II CONCUR, com a participação de 5.564 delegados. O congresso teve em seu temário dois eixos principais: o primeiro versava sobre a conjuntura econômica e política do país; outro discutia a nova estrutura sindical. A central se reconhecia naquele momento como

parte integrante de um processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. Segundo a resolução:

“a CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma **sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos.** (grifo nosso) (II CONCUR, 1986)

O destaque nesta passagem é a menção ao projeto político socialista, ausente nas resoluções do I CONCUR. Reafirmava-se, por outro lado, a postura de autonomia em relação ao Estado.

Na discussão referente à estrutura sindical, um dos maiores desafios que a CUT possuía era que grande parte de seus sindicatos mantinha uma estrutura similar àquela criticada pela própria Central. Segundo Teixeira, a CUT

ainda guardava resquícios do corporativismo sindical da ditadura militar, ou mesmo da ditadura Vargas. Ganhar uma eleição neste sindicato não necessariamente trazia, por si só, a democratização do aparelho sindical: era fundamental implementar medidas que avançassem na crítica ao modelo burocrático anterior (TEIXEIRA, 2009)

Romper com essa prática através de posturas concretas e eficazes era o grande debate colocado para os trabalhadores, que viam na consolidação da CUT a oportunidade de ruptura com a “estrutura sindical fascista, corporativa, atrelada e controlada pelo Estado” (II CONCUR, 1986). A resolução conclui que

o governo da Aliança Democrática mantém a falta de liberdade e autonomia sindical e não ratificou a Convenção 87 da OIT. As organizações sindicais e os organismos de base estão sendo cada vez mais perseguidos pelos patrões, com total conivência do governo” (II CONCUR, 1986)

Transformar o discurso em resultados materiais era, portanto, visto como o obstáculo e tarefa dada naquele momento.

Para isso, a resolução adotada pelo congresso é esmiuçada de forma bem didática, como a situação solicitava, em três partes: a primeira discorre sobre os

fundamentos básicos da estrutura sindical vigente, apresentando um histórico da situação dada; a segunda parte trata dos princípios que dão contorno à proposta da nova estrutura sindical e, por fim, a terceira parte busca pontuar um plano de implementação desta nova estrutura sindical. O que queremos caracterizar por hora são algumas questões centrais em nossa análise da relação com o Estado.

O histórico fixa a revolução de 30 como um marco, assinalando que ela cria as condições políticas e institucionais para o desenvolvimento capitalista no Brasil, ressaltando que até aquele momento “os trabalhadores eram livres para se organizarem como entendessem. Os trabalhadores é que determinavam seus Estatutos, a forma de sustentação financeira.” Para inverter esse movimento e possibilitar o controle de organizações é identificado o Decreto-Lei n. 19.770 de Vargas. As resoluções também percebem na CLT um movimento histórico do patronato, que visava enfraquecer qualquer tentativa de organização autônoma por parte dos trabalhadores. Um exemplo disto seria a divisão dos trabalhadores de uma mesma empresa em diversos sindicatos com datas-base diferentes, estabelecendo

“mil dificuldades para as categorias se organizarem em sindicato, para os trabalhadores realizarem assembléias, greves, inventaram funções assistenciais para o sindicato e o transformaram em órgão do Estado, principalmente através do imposto sindical.” (II CONCUR, 1986)

A resolução discorre sobre o quadro que se define na década de 1930, com a instituição de um modelo sindical inspirado no corporativismo fascista italiano, observando que “apesar da resistência operária, a estrutura sindical oficial que chega praticamente intacta até os dias de hoje.” (II CONCUR, 1986). A identificação da situação colocada para o movimento sindical como parte de um desenvolvimento histórico, e não como uma questão pontual, é objeto a ser sublinhado, pois avaliamos que tal interpretação colabora no entendimento das questões enfrentadas naquele momento e que em alguns casos permanecem patentes até os dias de hoje. A estrutura que se mantinha por mais de cinco décadas era sustentada por algumas características importantes apontadas pelas resoluções: a) corporativismo sindical, inspirado na “Carta del Lavoro” do fascismo italiano; b) estrutura rigidamente vertical e hierarquizada em três instâncias: sindicatos, federações e confederações; c) princípio de conciliação dos interesses de classe, assegurada pela definição mesma

do sindicato como instituição mista de direito público e privado, o que legitimaria os mais diversos mecanismos de controle e restrições pelos poderes públicos; d) dependência e o controle do Estado através de diversas formas: autorização prévia para o reconhecimento do sindicato; enquadramento sindical prévio; proibição de criar Central Sindical; ingerência do Estado na vida administrativa e financeira; possibilidade da intervenção do poder executivo no sindicato e o direito de cassação do mandato de diretorias; contribuição sindical obrigatória e regulamentada pelo Estado; controle das eleições sindicais; limitações no direito de sindicalização; e) ter o assistencialismo como elemento fundamental da prática sindical.

A resolução prossegue, então, salientando que os mecanismos de controle e repressão vão sendo mais apurados e complexos na proporção direta do crescimento da capacidade dos trabalhadores de estabelecerem um confronto direto na busca de seus interesses ao longo de todo desenvolvimento do movimento sindical. Na busca em eliminar os pilares sustentadores e inalterados da estrutura sindical, as resoluções apontam a luta pela ratificação da Convenção 87 da OIT como importante ponto de apoio “pois entende que este é o caminho para iniciar um novo processo de construção de sindicatos livres autônomos” (II CONCUR, 1986).

A citação abaixo exemplifica de modo singular os sentimentos do movimento sindical da época, transmitidos pelo conjunto dos delegados ao aprovar a resolução que diz:

“Todos nós concordamos que a estrutura sindical fascista que está aí deve ser extinta. Todos nós concordamos que, por outro lado, devemos criar uma estrutura sindical que esteja de acordo com a vontade, interesses e necessidades organizativas dos trabalhadores. **A nova estrutura sindical não deve permanecer no papel. Nosso objetivo básico é desencadear um processo que garanta a sua real implantação.** Nosso esforço, portanto, deverá caminhar no sentido de criar todos os mecanismos e condições para implantar a nova estrutura sindical. Este já foi o espírito da resolução do 1o Congresso Nacional da CUT quando aprovou “que a Direção Nacional crie os mecanismos, as formas e as condições para a implantação dessa estrutura sindical em nível nacional”.” (II CONCUR, 1986)

O momento era de realizar a difícil transição da disposição retórica contrária a todo aquele aparato da estrutura sindical rumo à uma busca de viabilizar

concretamente a implantação de um processo de organização dos trabalhadores longe do controle do Estado. Para tanto, seria necessária a criação de mecanismos que permitissem tal desenvolvimento, guiados pelos princípios da Liberdade e Autonomia Sindical, os mesmos que guiaram e ajudaram a construção da própria CUT. Nesse momento essa tarefa se desenvolveria por ações de mobilização dentro da própria CUT, organizadas pelos trabalhadores e para os trabalhadores, em um processo não institucionalizado, que marcava posição pela não ingerência do Estado, afirmando a autonomia e a independência sindical, sem abrir mão obviamente das garantias sindicais a serem consignadas em lei. Naquele momento a própria maneira como os fatos se desenvolviam realçava que a ação independente era fundamental. É o que podemos ver no trecho das resoluções do II CONCUR que diz:

“Nossa posição é clara: **não queremos que o Estado (seja através do poder Executivo, seja através do Legislativo) imponha uma outra estrutura sindical e nem se dê o direito de aprovar ou vetar uma estrutura sindical.** Nós queremos que seja respeitado o direito dos trabalhadores de se organizarem de forma livre e autônoma. Combateremos também a tese de que esta questão deva esperar pela Constituinte. Também não aceitamos que a estrutura sindical aprovada no Congresso Nacional da CUT deva ser negociada com os mecanismos da estrutura sindical fascista que está aí. Em resumo, não aprovamos uma nova estrutura sindical para ser colocada em apresentação no Congresso Nacional em Brasília, nem para ser apreciada pela Constituinte e nem para ser negociada com a velha estrutura sindical. Aprovamos uma estrutura sindical para implantá-la.” (II CUT, 1986)

A Constituinte também foi um dos debates centrais deste II CONCUR. As diferentes posições giravam em torno da ênfase dada à disputa dos espaços institucionais ou em sua “denúncia”. Segundo Teixeira, as questões fundamentais do segundo articulavam-se em torno da seguinte indagação: *“em que medida a participação da CUT nos espaços institucionais seria uma necessidade da luta ou legitimação do Estado Burguês? Qual era o limite entre disputa de espaços e colaboração de classe?”* (Teixeira, 2009, p.39).

Nas resoluções, o que podemos observar é a opção da CUT em buscar ampliar a capacidade de representação dos trabalhadores, fazendo com que o

terreno da Constituinte se tornasse fértil para mobilização e avanço na organização de classe. Apesar de definir o caráter do processo como “antidemocrático e anti-soberano”, a CUT tenta se inserir nos debates de maior envergadura, articulando suas ações nas campanhas salariais, greves, ocupações e luta pela terra, nas lutas por moradia, saúde, educação, creche, transporte etc. às lutas gerais da sociedade, através de Plenária Nacional que definisse sua proposta de intervenção na Constituinte. Neste processo de construção coletiva das posições a serem tomadas, os temas colocados em primeiro plano são

“a propriedade, liberdades democráticas, organização do Estado, Código Mínimo do Trabalho, independência nacional, controle democrático e popular da gestão da política econômica, democratização do acesso aos meios de comunicação, às políticas sociais, papel das forças armadas, fim da censura, modificação da legislação eleitoral etc.” (II CONCUR, 1986)

O quadro analisado era de que o cenário da Constituinte possibilitaria dialogar com mais trabalhadores e outros setores importantes da sociedade. Mais tático do que estratégico, o processo era identificado mais como um meio do que propriamente visto como uma saída aos problemas colocados pela situação brasileira. Aquele era o momento de consolidar a construção do projeto cutista, deixando claro “para os trabalhadores que mesmo a inscrição de determinadas bandeiras na Constituição não garantiria a sua implementação na prática. Esta garantia só seria dada através da luta e da organização dos trabalhadores” (II CONCUR, 1986)

O II CONCUR representava a cristalização das duas principais correntes sindicais em disputa no interior da CUT: a “Articulação Sindical” e a “CUT pela Base”, em um terreno de acirramento das posições políticas e ideológicas. A “Articulação Sindical” contava com a maioria dos dirigentes e delegados identificados com os sindicalistas do ABC e ao longo dos anos se caracterizou por uma posição mais cautelosa. Em resenha sobre a obra *Sindicalismo e Política – a trajetória da CUT* de Iram Jacomé, José Ricardo Ramalho assim bem define a corrente:

mesmo nos períodos de ações bem-sucedidas, especialmente ao longo dos anos 80, havia uma posição que poderia ser chamada de contratualista,

presente na corrente conhecida como Articulação Sindical, que apoiava uma atuação combativa, privilegiando o conflito mas também negociando. A Articulação Sindical achava que a Central não devia desempenhar o papel de um partido político. (Ramalho, 1998)

Uma demonstração de que a defesa de uma nova estrutura sindical não era tratada de maneira apenas formal é sua inscrição no *Dia Nacional de Luta*, que o congresso marca para 23 de outubro daquele ano. Seus eixos fundamentais eram *Terra, salário, emprego e liberdade!; Direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical!; Pelo não-pagamento da dívida externa!; Garantia de participação popular na Constituinte!*

#### **2.4. CUT como organização sindical de massas, classista, representativa, autônoma e independente: os resultados do III CONCURT**

Nas resoluções do terceiro congresso a CUT é apresentada como uma “organização sindical de massas, classista, representativa, autônoma e independente” assumindo o socialismo como perspectiva geral e uma postura de frontal combate ao que era tomado como o sindicalismo reformista e conciliador. Marcadas pela conjuntura da época, as resoluções buscam caracterizar um cenário definido pela presença de uma crise econômica e de alterações estruturais do capitalismo. Assim, analisa as posições assumidas pelo governo da Nova República, identificado-as como de orientação antipopular e conservadora, tal como o regime militar, apoiando-se cada vez mais em uma faceta coercitiva repressiva do Estado.

A CUT avalia a Constituinte como um processo de transição conservadora e negociada, que buscava legitimar uma “nova ordem imposta pela burguesia”. Neste sentido, apontava para um caminho explicitamente conflitivo, realçando a necessidade de se efetivar os direitos inscritos na constituição, “**dentro e fora** dos marcos institucionais” (grifo nosso), além de intensificar a mobilização no sentido de

conquistar as reivindicações negadas pela maioria conservadora. (III CONCURTO, 1988)

No aspecto das lutas sociais, as resoluções combatem o que, segundo a CUT, vem se tornando uma tática cada vez mais freqüente: o governo busca transferir o papel de controle e repressão sindical antes ocupado por ele próprio para os patrões e a Justiça através de diferentes mecanismos. Aponta a legislação sindical do Estado Novo, em nada modificada naquela conjuntura, como responsável por boa parte da responsabilidade pela política anti-sindical. Um ponto a ser destacado é a denúncia de colaboração entre setores da classe dominante no intuito de fortalecer o que as resoluções denominam sindicalismo de resultado, um modo de enfraquecer o projeto cutista.

Naquele momento, uma importante questão definida foi a negação de um “pacto social”, que ganhava destaque no cenário político. Segundo a central,

mais uma vez vem à tona a proposta de pacto social, em que a burguesia e o governo Sarney contam com a ajuda de Medeiros-Magri, **agentes do capital no seio do movimento operário**. A CUT entende que não pode haver **pacto entre desiguais** e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder. Por isso a CUT se manifesta firmemente contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas (III CUT, 1988)

Esta passagem traduz concretamente sob qual terreno estavam colocadas aquelas resoluções: em um terreno de distinção e enfrentamento contra setores dentro do movimento sindical que não apenas disputavam posições com a CUT, mas que, segundo a Central, colaboravam firmemente com o patronato. A CUT caracterizava, pela primeira vez, os setores que postergaram a fundação da Central e que a ela não se juntaram quando da sua fundação como o *bloco pelego e reformista*. Não deixa dúvidas quando afirma: “combatemos o sindicalismo reformista e conciliador de interesses antagônicos, que procura enquadrar as lutas sindicais nos limites alcançáveis dentro do sistema capitalista”. Identifica que estas posições são mantidas pelas tentativas dos reformistas de buscarem uma solução com a grande burguesia de superação da situação política e econômica, secundadas pelo



interesse comum na manutenção do imposto sindical, em uma “estrutura sindical burocrática antidemocrática”.

Outra questão é o terreno de reafirmação do papel que a CUT iria assumir a partir daquele momento dentro da dicotomia capital e trabalho, assumida desde sua fundação, como envolvendo lados opostos e desiguais. Como veremos, esta concepção não será mantida em futuras formulações e resoluções da CUT.

As resoluções fazem, também, um breve balanço de existência da Central até aquele momento, retomando e/ou fortalecendo aspectos importantes. Situa a criação e consolidação da CUT como uma etapa fundamental do sindicalismo na ruptura com o populismo, o peleguismo e com “todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira deste século”. Dessa maneira um dos principais desafios era transformar em ação prática a possibilidade de se tornar uma real alternativa de organização sindical frente à estrutura sindical oficial, fazendo valer sua prerrogativa assumida de organização sindical de massas, classista, representativa, autônoma e independente.

O congresso considerava “o trabalhador dentro de um horizonte mais amplo, como classe produtora da riqueza social”, assinalando que “o caráter classista da CUT implica articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora”, assumindo o socialismo como perspectiva da Central. Buscava, então, “a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que nem sequer chegaram ainda ao sindicato, e que, infelizmente, em nosso país, ainda são uma parcela muito significativa da classe”.

As resoluções defendem a vocação unitária do movimento sindical, porém, não como imposição do Estado, mas como própria vontade política da classe trabalhadora. O conjunto de resoluções coloca então que uma das grandes tarefas a ser realizada pela CUT “é o combate cotidiano ao corporativismo, imposto há quase 50 anos, que tem marcado profundamente o sindicalismo no Brasil”.

Nesse conjunto de pressupostos que norteiam a afirmação do caráter classista e da perspectiva socialista da CUT, o congresso faz questão de assumir seu caráter sindical, defendendo a central como parte negociadora com patrões e governos - se delimitando dos partidos, negando transformar “sindicatos em

apêndices dos partidos, em “correia de transmissão” dos partidos” - tendo como fim sempre

“a luta dos trabalhadores por salários e melhores condições de trabalho” aliando a luta reivindicatória, conclamando “a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas **massas em movimento contra os patrões e o Estado** estarão de forma decisiva contribuindo para formar uma consciência anticapitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo” (grifos nossos). (III CONCUR, 1988)

O resultado final das resoluções aponta para a generalização da luta das massas, com grande participação dos trabalhadores como grande instrumento de transformação social reafirmando inclusive definições políticas básicas e fundamentais de seu último congresso:

A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora. (III CONCUR, 1988)

Em seu plano de lutas aprovado pelos delegados presentes àquele CONCUR são colocadas as seguintes reivindicações: *reposição imediata das perdas; reajuste mensal de salários de acordo com o índice do DIEESE; reforma agrária imediata sob o controle dos trabalhadores; política agrícola de interesse dos trabalhadores; contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado; unificação das datas-base; 40 horas semanais de trabalho; estabilidade no emprego; liberdade e autonomia sindical; garantia e aplicação imediata das conquistas dos trabalhadores na Constituição; não-pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI; posicionamento contra a privatização das estatais e em defesa dos serviços públicos; garantia de abastecimento e controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade; creche gratuita para os filhos de trabalhadores até a idade de 7 anos, nos locais de trabalho ou moradia, controlada pelos trabalhadores; posicionamento contra demissões de mulheres grávidas.*

## Conclusão

Em nossa análise existe um movimento claro desde as resoluções da CONCLAT até as aprovadas pelo III CONCUT de crítica à estrutura sindical e de afirmação de uma postura essencialmente conflitiva entre a CUT e o Estado. Nascida da luta direta de vários setores contrários ao modelo sindical corporativo, a CUT nesse período aprofunda sua crítica através de suas resoluções, afirmando sempre sua própria identidade. A partir do II CONCUT, as resoluções começam a sinalizar para a possibilidade de se travar uma luta concreta contrária a ingerência do Estado e pela real autonomia sindical. Percebe-se que passado o I Congresso, que se debruçam majoritariamente sobre questões pontuais e sobre a própria avaliação do mérito da criação da CUT, essas questões ganham enorme importância. É nesse cenário de discussão das possibilidades de se transpassar o ideal da autonomia e independência sindical para o terreno real da luta cotidiana contra a herança varguista mantida por muitos anos que se endurecem as disputas internas na CUT. As táticas e métodos de como percorrer esse arduo trajeto em busca de uma estrutura sindical moldada pelos próprios trabalhadores, como apresenta o III CONCUT, é um ponto essencial.

O II CONCUT prepara caminho para o objetivo tático do socialismo, afirmado de forma categórica no congresso subsequente. É no segundo congresso que se iniciam, de forma tímida, as críticas - bem mais rígidas no terceiro congresso - aos setores não cutistas. Identificam esses como agentes do Estado que usurpam a organização dos trabalhadores para objetivos bem definidos de se manter a ordem.

É no quadro das resoluções destes congressos que observamos uma opção que prima pela mobilização direta em espaços não institucionais. O próprio exemplo da caracterização da Assembléia Constituinte de 87, coloca de forma clara que o “espaço de disputa” para a CUT naquele momento estava diretamente ligado à capacidade de mobilização dos trabalhadores no sentido de exercer pressão sobre os parlamentares.

Em sua primeira década de existência, o que podemos concluir é que a CUT segue um caminho linear, não contraditório, de aprofundamento de embate com o

aparelho estatal. Apesar do descenso de mobilizações que o movimento sindical sofre com o avançar da década de 80, as resoluções congressuais da CUT até 1988 apontam para uma disputa real de projetos sindicais. Residia ali, na estrutura e organização dos trabalhadores, um dos principais desafios colocados. A partir desse debate se colocam outras questões não menos importantes, mas que por diversas vezes aparecem desfocada devido à primazia da discussão sobre forma e conteúdo de organização.

Marcado por vários autores, assim como o último congresso da CUT - onde o chamado bloco da esquerda teve participação importante - o III CONCURT fecha um primeiro ciclo da história da CUT.

### **3. O “AJUSTAMENTO” DISCURSIVO – O DESENVOLVIMENTO DA CUT DO IV AO IX CONCURTO**

Neste capítulo, nossa intenção é demonstrar que a partir do seu IV Congresso Nacional, realizado em 1991 até seu IX Congresso em 2006, as resoluções da CUT buscam um ajustamento do papel da CUT frente à situação diversa da encontrada na década de sua fundação. Em todo esse período, no intervalo de quinze anos, a situação política internacional é marcada principalmente pela derrocada do socialismo soviético no findar da década de 80 e a conquista da hegemonia da ideologia neoliberal no desenvolvimento dos anos 90, além de todo um processo de reestruturação produtiva por que passa o parque industrial mundial. Essas alterações não passam sem deixar marcas na conjuntura do país e por consequência na atuação da CUT e em sua própria interpretação de qual seria seu papel e suas tarefas.

A conjuntura econômica do Brasil é pautada pelos índices elevados de desemprego, por uma recessão econômica profunda, e, politicamente, pelo avanço das forças conservadoras (Boito Jr, 2002). A partir das eleições de 1989, as disputas eleitorais no Brasil passam a fazer parte das preocupações e resoluções da CUT. Nesse mesmo ano pela primeira vez a CUT se debruça sobre o tema das eleições colocando-se, desde então, até seu último congresso, em graus variados de intensidade, ao lado da candidatura de Lula, acreditando que essa simbolizava o acúmulo das forças que representavam o campo progressista e democrático no país. Perceberemos que esse momento marca um importante passo dado pela CUT, quando esta estabelece alianças com outros setores da sociedade civil organizada e se constitui como participante ativa de um campo definido - mesmo com alterações em sua composição ao longo dos anos - que será fundamental na construção de sua identidade e nas relações que irá construir. As derrotas do projeto político apoiado pela CUT nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 é o pano de fundo para que as resoluções apontassem a necessidade de um ajustamento e atualização da agenda e estratégia sindical cutista. É a priori, quase sempre sob essa justificativa,

que a CUT avança em debates árduos no interior da central como a participação em espaços institucionais, filiação a uma organização sindical internacional, abrangência de temas não exclusivamente classistas, fazendo com que desenvolvesse uma política, marcada em suas resoluções, que muitos analistas chamarão da virada para a CUT- Cidadã.

A relação conflitiva com o Estado vai perdendo força nas resoluções congressuais que prioriza cada vez mais espaços de negociação, as formulações propositivas (entendendo essas como antagônicas da chamada política de confronto) e a construção de uma nova agenda sindical. Nas palavras do então presidente da CUT na gestão 2000 / 2003 a questão era colocada da seguinte forma:

“o sindicato hoje não é mais igual ao da década de 80, onde se atuava em duas grandes frentes: a luta pela melhoria de salário e a luta contra a ditadura. A conjuntura mudou. Se o sindicato não olha a sociedade de maneira cada vez mais ampla (...) ele acaba perdendo espaço” (SANTOS, 2003, p.4)

Outro aspecto importante ocorrido ao final desse período foi a saída de setores da CUT para fundar outras Centrais Sindicais ou agrupamentos que pretendem a médio / longo prazo substituir a CUT como representação maior dos trabalhadores. Nesse período de ruptura de vários agrupamentos surgiram a CONLUTAS, INTERSINDICAL e CTB. Em nossa análise, ocorre algo parecido com o sindicalismo europeu muito ligado as organizações partidárias de massas, onde as correntes políticas se dividiram também em grande centrais cada qual com sua identificação e paradigmas ideológicos bem definidos. Em particular, corroboramos aqui com a leitura que o reconhecimento das centrais, através da lei 11.648/08 (TURRA, 2009, p.131) tenha sido particularmente fundamental para a saída da CSC (Corrente Sindical Classista), pois durante boa parte dos 17 anos em que esta corrente integrou a CUT esteve sempre em posição de direção e em consonância com a Articulação Sindical, maior agrupamento cutista.

### **3.1. IV CONCURTO – a consolidação da organização dos trabalhadores e da sociedade civil**

Com uma participação menor do que em outras oportunidades, o quarto congresso da CUT contou com 1554 delegados representando um total de 1679 entidades, ocorrendo em setembro de 1991. As resoluções do IV CONCURTO já em seu início fazem uma importante caracterização que, em nossa análise, começa a delinear uma mudança de postura ocorrida a partir deste congresso. A central amplia o quadro de sua própria definição afirmando que “a CUT se estruturou e ocupou um lugar de destaque como a principal referência sindical e a mais importante organização popular da sociedade civil” (IV CONCURTO, 1991). Tal ponto nos parece importante já que servirá muitas vezes de base para justificar a busca de uma agenda sindical ampliada e propositiva, iniciada e normatizada pelas resoluções do IV CONCURTO.

O papel que a CUT assume, e o próprio significado das eleições que ocorrem em 1989, apesar da derrota do candidato e do campo apoiado pela CUT, impõem a CUT a tarefa de repensar suas tarefas e seus desafios. Rodrigues, que também analisa tal conjuntura, vai além das eleições e inclui no cenário que vai redimensionar o papel da CUT “as transformações propiciadas pela reestruturação produtiva, à crise dos sindicatos no âmbito internacional e ao desmoronamento do chamado socialismo real” (RODRIGUES, 1997, p.182)

As resoluções assinalam que naquele momento a luta de classes atingia um novo patamar, permitido através da polarização, não só eleitoral, uma disputa acirrada entre dois projetos políticos onde se podia observar

“de um lado, o projeto neoliberal propôs a modernização com base na internacionalização da economia sob o controle do grande capital transnacional, no desmonte e na privatização do Estado e na quebra das resistências organizadas da sociedade. De outro, o projeto democrático popular unificou a esquerda e os setores progressistas propondo o desenvolvimento econômico pela via da distribuição da renda, do aprofundamento da democracia e da organização da sociedade. A união dessas forças em torno de um projeto nacional culminou numa história de avanços e conquistas iniciada ainda sob o regime militar” (IV CONCURTO, 1991, p.27)

Notamos que o tom conjuntural é preponderante no quadro das resoluções mesmo quando estas reafirmem princípios importantes e norteadores da CUT. É dessa forma que são formuladas as estratégias da Central, ponto sempre presente, para as tarefas do período que aproximava. Após a derrota do projeto apoiado pela CUT e por outros setores organizados, a avaliação que se faz é que ocorre um agravamento do cenário de crise, que faz com a CUT avalie e reveja suas atuações.

“A persistência e o agravamento da crise nos últimos anos mostraram que só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção coletiva de um projeto alternativo do campo democrático e popular.

Considerando que o debate sobre o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento ocupará o centro das atenções nos anos 1990, a CUT deve intervir decisivamente nesse debate incorporando novos temas, atualizando seu discurso e adotando uma prática voltada para o conjunto da classe trabalhadora, de modo a contemplar os interesses dos setores organizados, dos setores desorganizados ou excluídos do mercado formal e dos novos setores que irão emergir com a generalização do processo de modernização técnico-produtiva no país e no mundo. (IV CONCUR, 1991, p.13)

Pela primeira vez de modo claro, as resoluções congressuais colocam dois pontos importantes: a) necessidade de se incorporar novos temas e b) atualizar discurso e prática voltando a ação cutista para novos setores. Esse ponto é relevante se pensarmos que as resoluções desde seu início se colocam sob a tarefa de repensar o papel e atuação da CUT. Parece-nos, aqui, que de modo não explícito, ergue-se uma prática discursiva de necessária modernização das tarefas da CUT. Notamos que, desta forma, elencam-se novas prioridades e novos atores.

Na busca de atualizar sua prática e discurso, a CUT define a estratégia em torno de sete eixos principais: a) Combinar lutas das categorias com mobilizações gerais, a fim de assumir o papel de sujeito social nas lutas pelos interesses econômicos, sociais e políticos da classe trabalhadora, não se restringindo ao corporativismo nem ao economicismo; b) Definir princípios básicos para as políticas nacionais em especial no caso daquelas que condicionam os níveis de emprego, salário e renda do trabalhador; c) articular com os setores democráticos populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda



incorporando temas como a defesa do direito à cidadania, o combate aos preconceitos, a busca de novos padrões de comportamento, a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, entre outros; d) Lutar pela democratização do Estado, no intuito de reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais, rejeitando práticas patrimonialistas, privatistas, autoritárias e as práticas descaracterizadoras da função social do Estado; e) Priorizar e intensificar o trabalho de organização de base para consolidar a estrutura da CUT; f) Inserir-se política e organicamente no movimento sindical internacional, interferindo no debate sobre modelos de desenvolvimento, como forma de enfrentar os novos desafios colocados para os trabalhadores, particularmente no que se refere à modernização técnico-produtiva, às novas tecnologias e processos de trabalho e à ação sindical transnacional; g) Lutar pela democratização dos meios de comunicação de massa, passo indispensável para a construção de uma nova mentalidade social, e para o êxito da nossa estratégia.

Dois pontos merecem maior destaque nesse momento. Podemos perceber que no sexto ponto é introduzido o tema da necessidade da CUT se articular internacionalmente para enfrentar temas globais, em particular sobre a reestruturação produtiva, o que acaba acarretando uma grande discussão sobre o movimento sindical internacional. Nota-se, também, a ausência nas estratégias da CUT de qualquer menção à luta contrária a estrutura sindical ou ao imposto sindical, presentes nas estratégias apresentadas nas resoluções dos congressos anteriores. Essa discussão sobre a estrutura só vai aparecer mais a frente na discussão sobre estatuto, para que “garantam o aprimoramento de nossa estrutura organizativa e a superação da estrutura oficial, reafirmando nossos princípios fundamentais” (IV CONCUR, 1991, p.42), com o objetivo claro e definido de “transformar a CUT, passando de uma organização que se consolidou como referência para uma instituição que representa e dirige a classe” (IV CONCUR, 1991, p.41).

Segundo Gianotti e Neto que analisaram o desenvolvimento e os resultados do IV CONCUR,

“o que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia.” (GIANNOTTI, 1991, p.44)

Um das resoluções em que podemos analisar um pouco dos rumos a serem encarados pela CUT é a que versa sobre a atuação a desempenhar frente à conjuntura nacional. Além de reiterar a composição de um campo nacional de combate ao projeto neoliberal, interessa-nos, aqui, perceber as posições tomadas frente ao Estado. O combate ao desmonte e privatização do Estado é uma das principais bandeiras levantadas a partir do IV CONCUR, além de frisar que a “negação da intervenção do Estado na vida trabalhista não pode significar a volta da “lei da selva” do pleno liberalismo econômico” (IV CONCUR, 1991, p.35). Desta forma, faz-se presente nas resoluções a defesa de uma legislação que garantisse os direitos gerais dos trabalhadores que não pudesse ser contestado sequer em qualquer negociação. Porém o que mais chama atenção para nosso estudo é perceber como termos antes inéditos ganham destaque e força política nas resoluções. Primeiro nota-se a reivindicação de participar de “conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação” elaborando propostas referentes a “áreas como política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador” (IV CONCUR, 1991, p.34). Soma-se a esta resolução a que diz ser necessário

“ampliar ações junto ao Congresso Nacional, visando influenciar nas decisões, reforçar as instituições de caráter democrático e conter iniciativas autoritárias do Executivo. (e) Intervir no debate sobre a reforma constitucional procurando garantir e ampliar os direitos dos trabalhadores, principalmente no que se refere ao exercício da cidadania, às conquistas sociais e aos direitos sindicais. (IV CONCUR, 1991, p.37)

A participação da CUT em fóruns de controles ou mesmo de formulações de políticas públicas começa a ser defendida com mais força pelos setores majoritários e que passam a aparecer cada vez com mais frequência nas resoluções congressuais, assim como a idéia da disputa em espaços institucionais, quase

inexistente para atuação da CUT na década de 80. As resoluções apontam para um caminho de formulações propositivas e de disputas em espaços antes não considerados, dando indícios de outros contornos das relações a serem estabelecidas entre CUT e Estado. No desenvolvimento do congresso, merece citação os debates das propostas de resolução chegavam ao ápice, num clima de disputa não conhecido até então pela CUT. Segundo Rodrigues

a eclosão de profundas divergências dividiriam o IV CONCUR em dois blocos fundamentais: de um lado, a tendência Articulação, em aliança com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical e, do outro lado, todas as outras tendências capitaneadas pela CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros pequenos grupos que se estruturaram no que os sindicalistas denominavam de “Antártica”, significando anti-Articulação (RODRIGUES, 1997, p.183)

### **3.2. V CONCUR – As conseqüências do aprofundamento neoliberal**

O cenário apresentado aos 1.918 delegados presentes em São Paulo para o V Congresso da CUT em 1994 era, segundo as próprias resoluções, de agravamento da crise, aprofundada nos anos 80 e ampliada com a eleição de Collor e a aplicação do receituário neoliberal. Os traços mais visíveis naquele momento segundo a CUT eram a concentração de renda, o arrocho salarial, a ampliação da fome e do desemprego. Tal quadro na concepção cutista era resultado do projeto neoliberal, iniciado no governo Collor e que teve, ainda que com ritmo diverso, continuidade no seu sucessor Itamar Franco<sup>5</sup>.

Junto ao quadro já visualizado por qual passava a política nacional, as resoluções caracterizam pela primeira vez de forma detalhada algo que aparece no

---

<sup>5</sup> Candidato a vice-presidente na chapa de Fernando Collor à presidência da república, toma posse em 15 de março de 1990. O desencadeamento de uma sucessão de denúncias de corrupção contra o governo Collor e do início de uma campanha pelo seu impeachment leva em 29 de setembro de 1992 a Câmara dos Deputados autorizar a abertura de um processo de impeachment do presidente. Neste mesmo dia, Itamar assume interinamente a presidência até que o titular fosse julgado pelo Senado Federal. Em 1992, Collor foi acusado de corrupção e sofreu um processo de impeachment pelo Congresso Nacional e se afasta do governo. Itamar assume interinamente a presidência em 2 de outubro de 1992, sendo formalmente aclamado presidente em 29 de dezembro de 1992, quando Collor renuncia ao cargo.

cenário mundial, mas que dispusera de espaço acanhado nas resoluções do IV CONCUT: o tema da reestruturação produtiva, inovações tecnológicas e reorganização da produção. Para a CUT tal desafio era pensado a partir de aspectos não somente ou industriais ou produtivos, mas em um sentido político mais geral. Para a CUT a política de reestruturação tinha

como objetivo um tipo de “modernização” baseada em maximizar os lucros a curto e médio prazos e conduz à destruição do mercado interno e à formação de ilhas de prosperidade vinculadas aos circuitos do grande capital internacional. Como consequência, a inserção industrial, financeira e comercial do Brasil seria ainda mais passiva e subordinada, sustentada por produções de baixa competitividade. O sistema produtivo nacional seria desestruturado, e o país ficaria impedido de obter soberania e desenvolvimento social, produtivo e tecnológico. A política industrial do governo Collor, preservada no essencial no governo Itamar, teve por base o diagnóstico de que, frente à falência do modelo anterior, protecionista, devia-se optar pela modernização através do setor privado. Na prática priorizaram-se as políticas de abertura externa e desregulamentação. (V CONCUT, 1994, p.9)

Desta forma, prosseguindo a discussão sobre o papel e rumos do parque industrial brasileiro, as resoluções do V CONCUT destacam o papel de promotor da industrialização que o Estado possui, desempenhando um “papel importante na promoção do crescimento econômico nacional”. E da mesma forma prosseguem em sua análise sobre o Estado fazendo, pela primeira vez desde sua fundação, uma leitura mais detalhada e mais sólida de caracterização do Estado brasileiro em suas diferentes fases.

Para a CUT o “Estado sempre foi estruturado com base nos interesses internos e externos”, servindo de apoio para “as elites repartirem entre si os ganhos do crescimento econômico”, chegando ao extremo através da “cortina protetora do golpe militar”. A CUT assim define o Estado até chegar à fase em que realiza seu congresso:

tanto na fase de crescimento quanto na de crise, o fenômeno preponderante é o da privatização do Estado, que está na origem da corrupção generalizada que se estabeleceu e se institucionalizou nas relações entre o Estado e o capital privado. (V CONCUT, 1994, p.11)

Tal situação intensifica a estagnação econômica analisada e aumenta, segundo a CUT, a concentração do poder econômico e político ameaçando as

bases de sustentação do próprio Estado que, em momento distinto, poderia gerar o desenvolvimento. O quadro descrito era de pessimismo:

As demandas existentes são de grande dimensão e têm variados níveis, desde aquelas referentes à superação do quadro de indigência, fome, analfabetismo, epidemias e outras mais, até as que estão vinculadas às exigências da reestruturação produtiva. (V CONCUR, 1994, p.13)

Frente ao cenário colocado, apresenta-se o contraponto do desenvolvimento de “um amplo movimento democrático” que culminara um ano antes da realização do V CONCUR com as imensas mobilizações populares que levaram ao processo de impeachment de Collor. Existe aqui segundo a CUT, um intenso momento de atividade política de elevação de consciência das massas que alcançam novas posições e fortalecem sua capacidade de pressão e barganha política. A luta ganhava contornos amplos, - colocados pela Central já desde o IV CONCUR quando amplia seu escopo de interesses e diálogo com setores não típicos da criação da CUT - colocando no centro das jornadas não apenas reivindicações classistas, mas também democráticas, populares, abarcando temas pertinentes a toda sociedade civil. Ao rejeitar o pacote econômico e político da época conhecido como plano FHC2, a CUT resolve fazer do emprego sua principal bandeira de luta para aquele período:

por isso nós, trabalhadores do campo e da cidade, presentes no V CONCUR, colocamos como fundamental neste período, para combater a fome e a miséria, concentrarmos nossa luta no eixo da questão emprego/salário/cidadania. São nossas principais bandeiras: – Recuperação dos salários e do salário mínimo; – Redução da jornada de trabalho e política de geração de novos empregos; – Moradia, saúde, educação e Previdência; – Reforma agrária e política de crédito aos pequenos agricultores; – Controle de preços; – Contra o plano de privatização (V CONCUR, 1994, p.16)

e ainda mais a frente define suas bandeiras:

O V CONCUR define a questão do emprego como prioridade no ano de 1994, integrando a ação dos comitês da campanha com a ação dos sindicatos. A ação contra o desemprego deve se orientar pelas seguintes diretrizes: a) Redução da jornada, sem redução de salários. b) Combate ao abuso das horas extras pelas empresas. c) Fim da dispensa imotivada. d) Política de investimento público orientada para setores que absorvem grandes

contingentes de mão-de-obra. e) Política de formação profissional adequada às novas exigências do mercado de trabalho e com participação da representação sindical. f) Reforma agrária, que deve começar pelo imediato assentamento de 100 mil famílias (proposta aprovada no Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea), acompanhada de uma política agrícola orientada a financiar os pequenos e médios produtores. g) Política econômica orientada para a retomada do crescimento com distribuição de renda, isto é, combate aos juros altos, à inflação e à sonegação de impostos, além da recuperação do poder de compra dos salários. h) Programa específico de geração de renda. Devem ser estabelecidas políticas que ajudem os pequenos produtores, artesãos, trabalhadores autônomos, entre outros, a desenvolver atividades geradoras (V CONCURT, 1994, p.17)

Se no congresso anterior a CUT avaliava os fatos e conseqüências que levaram a derrota nas eleições de 89 do campo democrático que contava com seu apoio, no V congresso a lógica era preparar a organização e os trabalhadores para o debate colocado dos projetos políticos que disputariam as eleições de 1994. Novamente a CUT chamava em suas resoluções os trabalhadores a apoiarem o projeto identificado com o candidato Lula, ressaltando inclusive sua ligação com a “recente história de organização dos trabalhadores”. A participação destes na prevista disputa eleitoral que se previa acirrada, dar-se-ia sob os eixos de contestação das dívidas internas e externas, na defesa das empresas estatais, por reforma agrária, por reposição de perdas salariais, pela democratização do estado e ampliação das liberdades políticas.

“A CUT e o movimento sindical devem assumir a sua parcela de responsabilidade, contribuindo na promoção das reformas estruturais necessárias e na defesa de um projeto democrático popular” (V CONCURT, 1994, p.19).

Em nossa análise, o que passamos a observar é como a CUT passa a integrar um campo político com outros setores fazendo com que seu leque de ação se ampliasse ainda mais, assumindo compromissos e bandeiras não exclusivamente sindicais, o que a leva a reduzir sua conflitividade com o Estado. Parece-nos que estava colocado o desafio de assumir o papel de protagonista não somente junto ao movimento sindical, mas também na construção de um projeto de sociedade pautada pela liberdade e democracia, em oposição aos projetos que davam primazia as privatizações e a dependência ao capital externo. Simultaneamente, reitera

repetidas vezes seu princípio de autonomia frente aos partidos políticos e às relações paternalistas junto ao governo.

No que diz respeito à organização cutista, é importante o ponto de interpretação que a CUT faz sobre sua existência e a permanência da estrutura sindical ao longo desses onze anos. Assume uma autocrítica de que a persistência na estrutura provocou algo de grave como

“uma crescente adaptação dos setores mais combativos a à lógica corporativista e mesmo a à incorporação de práticas fisiológicas típicas do sindicalismo - CLT por sindicatos filiados a CUT” (V CONCUR, 1994, p.23)

isso somado a uma assumida fragilidade organizativa, por conta de sua organização horizontal.

Para superar tal condição, a CUT reafirma seu papel de luta pela superação do capitalismo, buscando estratégias que agreguem temas relativos a ecologia, a mulher e ao tema racial, mas reconhecendo que a superação dos problemas colocados ligados a essas questões só poderiam ser solucionados com a opção estratégica de “luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política econômica e social”.

Coloca-se ainda na perspectiva de uma agenda de reformas estruturais (políticas, sociais e econômicas), no resgate do direito a cidadania, balizada pela conquista da soberania nacional, a democratização do mundo do trabalho, controle social pela economia, universalização do direito a educação, seguridade social, moradia, emprego e democratização dos meios de produção.

A estratégia sindical assim definida deveria ser pautada pela

“necessidade de os trabalhadores, inclusive através de sua organização sindical, construir uma alternativa global de saída para a crise brasileira - além da necessária política de resistência em defesa dos interesses imediatos frente as políticas conservadoras de estabilização”. (V CONCUR, 1994, p. )

Parte dessa estratégia é a continuidade do projeto de aproximação e fortalecimento do movimento sindical internacional. É, então, aprovada entre os CONCUTs de 1991 e 1994, na 5ª plenária, a filiação à CIOSL.

Interessa-nos, aqui, preponderantemente a parte final das resoluções onde a CUT interpreta o avanço da democracia sindical no país como parte também do próprio avanço das conquistas dos trabalhadores.

“Na caminhada da luta sindical a CUT tem ampliado a sua presença da sociedade e certamente assumirá por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como por exemplo nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes”. (V CONCUT, 1994, p.27)

Ao avaliar a necessidade de se ocupar os espaços institucionais, porém, coloca-se a preocupação de buscar mecanismos para prevenção de uma consequência quase inevitável: uma mesma pressão institucional sobre os movimentos sociais.

O papel da central nos termos do 5º CONCUT estava definido em torno de uma nova agenda propositiva.

“Hoje é cada vez mais vital que os trabalhadores não só combatam a implantação do projeto neoliberal como também formulem suas diretrizes alternativas usando um novo Brasil, a partir da agenda de reformas estruturais que há muitos anos vem sendo construídas pelos vários movimentos que compõem o campo popular e democrático. (V CONCUT, 1994, p.27)

Tal agenda, naquele momento, deveria ser construída sob três eixos principais: a) Reestruturação produtiva; b) Papel do estado; c) Distribuição de renda, riquezas e geração de empregos.



### **3.3. - VI CONCURTO – táticas para o enfrentamento ao modelo neoliberal e a construção de uma formulação propositiva**

O avanço da globalização e o papel das organizações internacionais (FMI, Banco Mundial e OMC) cada vez mais influentes nos rumos do mercado e da sociedade global definiam o cenário internacional que marcava a abertura do VI CONCURTO realizado em 1997, em São Paulo, que contou com a participação de 2.266 delegados. O avanço da ideologia neoliberal era segundo a CUT um desenvolvimento global desde que tomou “ares de verdade absoluta desde a derrocada do “socialismo real””. O cenário colocado pela resolução do VI CONCURTO analisava as conseqüências imediatas deste modelo, como a eliminação dos postos de trabalho e o crescimento extraordinário do desemprego, colocando para a própria CUT duas importantes tarefas que deveriam ser também de todo o sindicalismo internacional: avançar na organização e mobilização pela defesa do emprego e trabalhar pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário. É ainda nesse contexto de desenvolvimento de uma sociedade global pautada na desigualdade econômica que segundo a CUT, ganha força o discurso neoliberal de tomar o custo de trabalho e as conquistas dos trabalhadores como causas maiores da “necessidade de demissões”. A flexibilização, terceirização e desregulamentação se tornam obstáculos cada vez maiores e poderosos na luta da organização dos trabalhadores, já que as transformações na estrutura produtiva acarretavam conseqüências imediatas ao próprio destino do sindicalismo, sendo esse tema inclusive fonte de grandes debates na literatura especializada<sup>6</sup>.

O cenário era assim descrito pelas resoluções:

“o desemprego, as propostas de flexibilização de direitos e os ataques a organização sindical combinados com um cenário de estabilidade monetária (taxa manual de inflação inferior a 10%) colocam novos desafios para o processo de negociação e mobilização sindical”. (VI CONCURTO, 1997, p. 30)

---

<sup>6</sup> Sobre esse debate ver Antunes (1998, 2002, 2004) e Alves (1996, 2005)

e a própria situação das bases cutistas era interpretada com receio pelos delegados como podemos ver na seguinte passagem:

“a longa trajetória de precarização de serviços públicos e a privatização de empresas estatais, somadas a informatização e a recente crise do sistema financeiro atingiu também a capacidade de mobilização e resistência desses grandes segmentos sociais, igualmente responsáveis pela criação e expansão do sindicalismo cutista ao longo de toda década anterior”. (VI CONCURT, 1997, p.19 )

No Brasil desde 1989 e tendo prosseguimento em 1994, o processo eleitoral deflagrado, colocou no poder o projeto de ideário neoliberal que, segundo a CUT, acaba por realizar um movimento de inserção subalterna ao processo de globalização. Ainda segundo a CUT:

“esse conjunto de mudanças alterou radicalmente a face política econômica do país que já não guarda semelhanças com o Brasil de 1983, quando fundamos nossa central. As políticas neoliberais e o atual modelo de estabilização econômica colocam novos dilemas para a nossa ação sindical e exigem da CUT: a ampliação da resistência contra os ataques dos direitos dos trabalhadores, a elaboração de propostas alternativas e a construção de uma política de alianças para resistir ao neoliberalismo.” (VI CONCURT, 1997, p.14 )

Tributário da situação econômica que se desenvolve no Brasil após o plano real criado em 1994, o momento vivido pelo país é definido pela CUT como sendo marcado pela vigência de

“não um simples programa de estabilização de preços, mas um plano econômico que alia a estabilização a uma inserção subordinada da economia a à globalização, com impactos devastadores para a capacidade de investimentos públicos e acelera a desorganização da estrutura produtiva” (VI CONCURT, 1997, p.17)

A central admitiria posteriormente a avaliação incorreta feita anteriormente, que analisava o Plano Real como uma peça apenas eleitoral, o que deixara a própria CUT com dificuldades para assinalar canais de resistência e definir um plano de ação capaz de enfrentar de forma concreta a situação, isolando a entidade. A construção do que se denomina alternativa global ao modelo neoliberal será a maneira e a forma da CUT prosseguir se constituindo enquanto parte de um bloco democrático, como podemos ver nas análises anteriores de suas resoluções de

congressos passados, prosseguindo no que denominamos ajustamento do seu papel. Podemos encontrar apontamentos claros desta linha nas resoluções, como no trecho que afirma que

“a CUT deve promover mudanças necessárias nas formas de organização sindical, fundamentais para viabilizar uma ação sindical de massas que viabilize a disputa hegemônica política no país” (VI CONCURT, 1997, p.).

A estratégia cutista, como de praxe, é definida após um balanço político do último período onde ressaltamos as bandeiras de priorização da defesa do emprego, que caracterizava bem a situação colocada no país. Vale ressaltar também a proposta greve geral realizada em 21 de junho de 1995 em unidade com as demais centrais sindicais, tendo razoável apoio popular, sendo este, o maior protesto realizado no país após o plano real.

Ponto extremamente relevante é a análise positiva que a CUT realiza sobre a sua representação em vários conselhos públicos onde, segundo as resoluções, procurou disputar espaço na defesa de propostas de políticas públicas, tendo destaque a participação da CUT nos conselhos da saúde, no conselho de defesa do FAT e no conselho curador do FGTS. Percebemos que as resoluções realizam pela primeira vez um balanço extremamente positivo sobre a contribuição cutista junto aos espaços institucionais, espaços esses que, como já vimos, haviam sido elencados como espaços de disputa das propostas dos trabalhadores nos congressos anteriores.

No que tange ao balanço sobre a estrutura sindical, a CUT novamente faz questão de frisar que, apesar de sua intensa luta pela liberdade e autonomia sindical e importantes iniciativas, não consegue romper com o corporativismo imposto pela CLT:

“não conseguimos avançar na democratização da estrutura sindical oficial, representada pela unicidade, taxas compulsórias e o poder normativo da justiça do trabalho etc. (VI CONCURT, 1997)

As conseqüências da reestruturação produtiva sobre os sindicatos são intensamente debatidos, por força da diminuição de sua base e do número de associados na central. Isso se torna mais importante, pois será a justificativa primordial para um giro dado no VI CONCURT no final de suas resoluções, onde os

termos resistência propositiva, negociação e disputa de hegemonia ganham um destaque maior do que em qualquer outro momento da central. As citações abaixo atestam este giro:

“O VI CONCURT deve aprovar resoluções organizativas, da estrutura horizontal à organização do local de trabalho, rumo a construção de um novo modelo de sindicato que fortaleça ainda mais a CUT” (VI CONCURT, 1997, p.37)

“Fundada em agosto de 1983 na resistência contra a ditadura militar e na luta contra o arrocho salarial, a CUT, em 14 anos, atravessou as mais diversas conjunturas, acumulando uma experiência que vai do enfrentamento de sucessivos planos de estabilização econômica, preparando greves gerais, lutando contra demissões em massa, defendendo a preservação do poder de compra dos salários, e passando pelo enfrentamento das ocupações de terra e radicalização de luta nas fábricas. Paralelamente, a central foi conquistando espaços de negociação mais amplos, representando os trabalhadores juntos aos diversos poderes constituídos, inclusive em conselhos oficiais, colegiados tripartites e fora os internacionais” (VI CONCURT, 1997, p.38)

Nos termos das resoluções da central, a luta contra o neoliberalismo teria que dispor de mecanismos de ação diferentes dos adotados na luta contra a ditadura. Era preciso prosseguir na resistência porém assumir uma postura de apresentar propostas em defesa da classe trabalhadora e colocá-las em oposição à proposta das elites, fazendo com que se superasse uma tática de simples negação das propostas adotadas pelas elites. Segundo a CUT a situação “exige dos trabalhadores e dos setores democráticos da sociedade a elaboração e apresentação de alternativas, como um conjunto de propostas, tratando de política industrial, política agrária e agrícola, além de políticas voltadas para a cidadania, priorizando emprego, educação e formação profissional”. (VI CONCURT, 1997, p.39)

Tal estratégia, segundo a CUT, exigiria uma elaboração coletiva, articulada junto às bases e a outros setores capazes de mobilizar a sociedade para construir uma “sólida aliança do chamado campo democrático popular, ampliando o espaço de atuação da central e disputando hegemonia na sociedade”. Estava colocada nas resoluções do VI CONCURT uma sinalização de que a mera postura conflitiva já não conseguiria se traduzir em conquistas para os trabalhadores, levando ao ajustamento do discurso da CUT frente aos novos desafios colocados e a uma etapa de negociação e formulação propositiva. Segundo ainda essas resoluções, poderia haver uma possível relação com o governo desde que essa fosse pautada pela

abertura, transparência e participação popular. A ocupação de espaços institucionais de negociação ampla com o governo e o patronato poderia ocorrer para fazer deles espaços de enfrentamento de propostas, buscando influência junto a sociedade e a defesa do interesse da classe trabalhadora. Definida essa tática dentro da estratégia cutista, as resoluções frisam a necessidade de se ter autonomia, independência e aliança com o movimento popular:

“a conjuntura aponta para a necessidade de uma maior articulação das organizações populares da chamada sociedade civil, cabendo a CUT um papel de destaque. Isto exige da central o estabelecimento de prioridades no campo da relação com as organizações da sociedade civil, como CNBB, CPT, MST, ABI, OAB, UNE, organizações não-governamentais e partidos políticos comprometidos com os interesses populares e organizações de base do movimento popular. Esse é o sentido da proposta de chamar uma conferência pelo emprego, pela terra e pela cidadania, e da articulação de uma frente popular pela cidadania” (VI CONCURT, 1997, p.41)

### **3.4. – VII CONCURT – Avançando na construção da nova agenda sindical**

A financeirização da riqueza é a marca principal da conjuntura internacional que marca o VII CONCURT realizado em Serra Negra – SP no ano de 2000, contando com a presença de 2.309 delegados. As resoluções tratam da economia internacional dando ênfase nas conseqüências da crise asiática que geraria uma grande instabilidade financeira e que supostamente abalariam a destacada liderança dos EUA na economia internacional. Tais conseqüências apontadas somam-se às apresentadas em resoluções anteriores como o aumento do desemprego e pobreza nos países mais pobres em particular na América Latina. As questões colocadas para enfrentamento continuam e seguem a mesma lógica do congresso anterior, ressaltando-se a aliança cada vez mais estreita entre os movimentos sociais e o próprio movimento sindical, Destacam-se as mobilizações ocorridas em 1999 na cidade de Seattle contrárias as rodadas de negociações da organização mundial do comércio. Tal manifestação, seguida de outras em um curto espaço de tempo, bem como a realização do Fórum Social Mundial demonstrariam uma nova aliança

antiglobalização forjada no seio da sociedade civil, onde se inseria muitas vezes o movimento sindical.

A conjuntura nacional estava marcada, segundo a CUT, pela aliança das elites conservadoras no governo Fernando Henrique Cardoso, que colaborava com o processo de desmonte do Estado e acelerava o processo de privatização com transferência das estatais para o grande capital, fazendo com que, na caracterização da CUT a ação estatal se restringisse, naquele momento, “a gerar superávits primários que assegurem o pagamento de juros elevadíssimos no financiamento das dívidas internas e externas”. (VII CONCURT, 2000, p.16). A central caracteriza a lei de responsabilidade fiscal, aprovada às vésperas daquele congresso, como mecanismo de normatização deste procedimento.

O balanço da década de noventa era assim descrito pela CUT

“prestes a encerrar a década de noventa o balanço é francamente negativo: a taxa de crescimento do PIB foi ainda inferior a dos anos 1980; temos uma taxa de desemprego que é o dobro da década anterior, agravada pela explosão do trabalho informal e precário; a economia sofre com um passivo externo crescente (juros da dívida externa, remessa de lucros das multinacionais etc.); a dívida pública e interna teve um crescimento explosivo, e ao mesmo tempo em que transfere riquezas para o capital especulativo, pressiona o estado a arrochar os gastos em serviços sociais essenciais. Os anos 1990 serão lembrados pela fome, a miséria, o desemprego, a violência, o arrocho salarial (com o caso extremo do funcionalismo público com cinco anos sem reajuste de salários), a degradação dos serviços públicos, a concentração da riqueza e da renda, a desnacionalização da economia, a perda do que sobrava de soberania nacional, a transferência de patrimônio público para o grande capital (sobretudo internacional) etc.” (VII CONCURT, 2000, p.18)

Em oposição a este cenário, segundo as resoluções era possível construir uma imensa reação social, como se evidenciara em 1999 com a marcha dos 100 mil a Brasília, demonstrando que “havia sido readquirida a capacidade de se mobilizar e de se desafiar o governo” (VII CONCURT, 2000, p.19). Junto à palavra de ordem “Fora FHC/FMI” constavam outros itens importantes como investimentos públicos, geração de empregos, saneamento básico, saúde, moradia e educação.

No seu balanço organizativo, a CUT afirma que a marca da atual gestão foi de dar forma ao que as resoluções denominavam como “nova agenda sindical” como podemos ver:

“A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do IV e V CONCUTs, nos quais foi definida uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo e da necessária vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido” (VII CONCUT, 2000, p.24).

A experiência da participação do Fórum Nacional de Luta é avaliada positivamente, sendo considerada uma unidade forjada não apenas para os “enfrentamentos conjunturais da época, mas sim uma aliança estratégica que poderia influenciar decisivamente na construção de alternativas para o nosso país” (VII CONCUT, 2000), demonstrando mais uma vez as opções estratégicas colocadas. Tal unidade ampla com diversos setores, era importante segundo a CUT, para enfrentar o cenário que se colocava de repressão ao movimento e à liberdade sindical, tendo aqui a greve dos petroleiros (1995) seu maior exemplo, além do combate às iniciativas governamentais em se flexibilizar a legislação trabalhista e enfraquecer as negociações coletivas.

De forma quase idêntica ao congresso anterior a CUT realiza uma autocrítica:

“decorridos 17 anos da fundação da CUT continuam em vigor muitas das nossas propostas e prioridades estabelecidas no congresso de fundação, em agosto de 1983, e consolidadas ao longo de seis outros congressos e nove plenárias nacionais. Os nossos objetivos e princípios constitutivos continuam válidos e precisam ser reforçados, mas o mundo do trabalho mudou bastante e precisamos responder aos novos desafios. Observamos aqui mais uma vez a necessidade de ajustamento do papel que a CUT deveria desempenhar naquele momento sem abrir mão porém dos princípios norteadores de sua construção. A partir deste congresso veremos que esse desenvolvimento será comum nas resoluções apontar novos caminhos e novas estratégias sempre aliados da reafirmação de eixos fundamentais”. (VII CONCUT, 2000, p.32)

Um ponto inédito colocado nas resoluções deste congresso era o sobre a economia solidária, apresentada no congresso como uma importante alternativa de luta contra o desemprego. Lembrava-se, inclusive o surgimento concomitante do sindicalismo e cooperativismo. Colocava-se ali, segundo as resoluções, uma prática que seria uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social, buscando a disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas autênticas e de autogestão e as empresas de “autogestão, no intuito de ampliar as possibilidades de um desenvolvimento

econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob os princípios de democracia e da autogestão” (VII CONCURT, 2000, p.34). Para se empenharem tal tarefa é criada a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) com objetivo de fomentar valores da sociedade, democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito, construir alternativas de comercialização entre outros pontos.

Pontos importantes que também constam nas resoluções são a defesa de um sistema público de emprego, uma resolução que tem como objetivo caracterizar o Fórum Nacional de Luta. O Fórum havia sido criado por diversas entidades entre os dias 2 e 4 de abril quando foi realizada, em Brasília, a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania e merece destaque nas resoluções do VII CONCURT. Naquele momento era necessário

“fortalecer o Fórum Nacional de Luta (FNL) e uma política de alianças com os setores da sociedade brasileira que se opõem às políticas neoliberais. Considerando que a atuação da CUT sempre se pautou pela combinação da luta de massas com a luta institucional.

Considerando a definição pelo 4º, 5º e 6º Concursos de uma estratégia de resistência propositiva e de uma política de alianças com os movimentos sociais e com os partidos políticos de oposição para forjar uma alternativa ao governo neoliberal e suas políticas. Considerando que na constituição do FNL a CUT teve um papel decisivo, e que a ação do mesmo tem se mostrado estratégica para enfrentar os ataques contra os direitos dos trabalhadores e a democracia, apoiando e participando das mobilizações pela educação, saúde e pela terra, como a Marcha da Educação realizada em outubro de 1999, e o Grito da Terra Brasil, organizado pela Contag, mas particularmente na construção da “Marcha dos 100 Mil” de agosto de 1999.

Considerando a disputa eleitoral e de projetos que está colocada nas eleições de 2000 (municipais) e 2002 (gerais e presidencial), nas quais mais uma vez a construção de uma alternativa real ao neoliberalismo será decisiva para reverter a atual situação do país” (VII CUT, 2000, p.52)

Outra resolução que merece citação é que se posiciona contrária a política de banco de horas, prática que ganhava peso entre o patronato da época.



### **3.5. – VIII CONCURTO – a disputa da hegemonia política visando a construção de uma nova sociedade**

O congresso realizado em São Paulo, em 2003, contou com a participação de 2712 delegados e tem em suas resoluções o que era considerado a principal tarefa daquele momento: a disputa da hegemonia política visando a construção de uma nova sociedade. Para tanto os delegados presentes no VIII CONCURTO deliberaram em torno de áreas onde tal disputa estava colocada: no âmbito das diferentes esferas do estado; junto ao capital frente ao empresariado nacional e internacional; com as entidades sindicais que serviam a outras concepções, com a sociedade civil e junto aos governos federal, estadual e municipal.

Identificando-se como importante ator da cena política e social do país a CUT nas resoluções chama atenção para o que já sublinhamos anteriormente quando diz: “desde 1989, a CUT e seus sindicatos têm adotado uma posição que se assenta em dois pontos fundamentais. Por um lado, o entendimento de que a CUT e os partidos de esquerda integram um mesmo campo político no qual, a partir de diferentes lugares e até com propostas diferenciada, disputam a hegemonia na sociedade no sentido de transformá-la (...) Por outro lado, e esse é o segundo ponto, a relação entre a CUT e os partidos de esquerda não é de subordinação real ou teórica, sendo marcada pela autonomia organizativa e política das instituições.” (VIII, CONCURTO, 2003 p.9)

Não é por menos que tal resgate é realizado, pois no ano anterior, pela primeira vez, o candidato identificado e apoiado pela CUT, Lula, ganha a disputa eleitoral frente a José Serra (PSDB). A CUT já avaliava naquele momento que a relação a ser mantida a partir dali ganharia novos contornos e novos desafios. Lula, “trabalhador, retirante nordestino, líder grevista e dirigente sindical” candidato pela coligação (PT, PCB, PC do B, PMN e PL) tem como é sabido sua própria história política confundida com a história da CUT fazendo com que a relação fosse além da eleição de outro possível candidato do campo de esquerda no Brasil. Grande parte dos movimentos sociais organizados estavam, no ano anterior mais uma vez envolvidos na eleição do Lula, acreditando num projeto político pautado em

mudanças e na possibilidade de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. A relação que iria ser estabelecida era assim definida:

“eleito um governo de esquerda a postura da CUT tem sido a de apoiar as políticas que correspondem aos compromissos assumidos no processo eleitoral e resistir e lutar contra as políticas que não respeitem o projeto compartilhado (...) o sindicalismo da CUT rejeita qualquer tentativa de ingerência do governo na CUT e qualquer postura de passividade e cooptação da direção da central” (VIII CONCUR, 2003, p.9).

Seu papel frente ao cenário colocado e definido como uma contraposição ao “pensamento único neoliberal” era de buscar que o Brasil trilhe outro caminho, que de forma cautelosa, mais decidida supere o modelo neoliberal” (VIII CONCUR, 2003). Segundo ainda as resoluções, era ainda necessário compreender “um novo momento de disputa de hegemonia com a burguesia e o imperialismo” e um período de encarniçada luta de classes onde a CUT deveria ocupar o seu lugar. Os espaços institucionais já ocupados em anos anteriores são caracterizados como espaços ainda mais relevantes, já que são definidos como espaços de explicitação de conflitos e que possibilitam a disputa com as elites que “historicamente resistiram a busca de um amplo espaço de negociação, sobretudo pautado pela transparência.”

A tarefa assumida pelas resoluções era de se inserir fortemente em uma disputa colocada pelos próximos quatro anos de mandato de Lula, ocupando todos os espaços e aumentando a capacidade propositiva. A posição deveria ser

“nem a posição voluntarista que desconsidera a realidade, e de forma indireta, faz o jogo da direita, nem a postura passiva de apoio incondicional, que transformaria a central num apêndice do governo, sem vida e sem perspectiva de classe” (VIII CONCUR, 2003, p.20).

Tal qual podemos ver no V CONCUR, em seu VIII congresso a CUT trás em suas resoluções um histórico e interpretações acerca das fases e desenvolvimento do estado brasileiro. De aspectos diferentes daqueles já abordados e aqui apontados, ressaltamos a caracterização de desenvolvimento do estado após o processo de globalização, onde segundo a CUT há uma busca incessante da redução do papel do estado como regulador e promotor do processo de desenvolvimento econômico social. O estado prossegue as resoluções, se tornara cada vez mais um mero executor das políticas formuladas pelos organismos multilaterais, como FMI e Banco Mundial, deixando seu papel para as organizações

sob funcionamento e lógica do mercado. Com a eleição de Lula, a CUT define que as possibilidades de uma democratização estatal é maior, construindo uma democracia participativa e o que chama de uma cidadania de fato. Naquele momento, se utiliza do acúmulo de experiência e gestão de políticas e de participação ativa de diversos conselhos para acentuar seu papel decisivo no próprio desenvolvimento da situação política.

“a CUT deve intensificar suas ações na relação com o estado, o governo e a sociedade civil, visando aprofundar a democracia no Brasil com a efetiva democratização do estado e a participação da sociedade e trabalhadores na definição, na gestão e no controle social das políticas públicas. Uma democracia radical, socialista, e econômica e social.” (VIII CONCURT, 2003, p.26)

Na agenda propositiva estavam colocadas reivindicações antigas como a necessidade de desenvolvimento, emprego e renda, a redução da jornada de trabalho sem redução de trabalho, a formulação de políticas sociais para o campo, o tema do desenvolvimento sustentável e solidário, a defesa de um sistema público de emprego, o combate a terceirização, e a proposição de um projeto nacional de qualificação e capacitação.

Ponto saliente no desenvolvimento do congresso eram as relações que a CUT iria estabelecer com o estado frente às reformas anunciadas durante a campanha eleitoral de 2002 ou após o início do mandato de Lula em 2003. A CUT através das resoluções se coloca em oposição ao que chama de usurpação do termo, feita pelo neoliberalismo, onde as reformas eram entendidas com único objetivo de “reformular o estado e minar sua capacidade de intervir na economia, em benefício dos grandes capitais” (VIII CONCURT, 2003, p.41). O que estava em jogo era segundo a CUT

a defesa das reformas populares; apoiando medidas emergenciais de combate a fome, a pobreza e ao desemprego tal como uma reforma tributária fundada no fim da sonegação e mecanismos de controle público e social, onde o objetivo cutista era de buscar junto ao governo a defesa de maior participação da sociedade e das entidades sindicais na discussão das propostas sugeridas”. (VIII CONCURT, 2003, p.42)

Duas das principais reformas anunciadas e debatidas nas resoluções são as reformas da previdência e reforma sindical e trabalhista, fonte de intensos debates no desenvolvimento do congresso. A defesa da previdência pública e solidária em regime de repartição é a linha guia da proposta defendida pela CUT, destrinchada em quatorze pontos, sinalizando que “faria de tudo para que os pontos negativos da proposta do governo fossem alterados”, buscando a mobilização dos sindicatos, a pressão aos deputados, a apresentação de emendas, a participação em audiências e atos públicos e a utilização de todos os instrumentos de luta. Quanto à reforma sindical e trabalhista, a CUT em suas resoluções defende a garantia do direito dos trabalhadores, o fortalecimento das organizações sindicais e sua democratização

Baseada nas formulações por ocasião da proposta do Sistema Democrático das Relações de Trabalho (SDRT) a CUT ressalta os seguintes aspectos a serem debatidos e entendidos: a) legalização imediata das centrais sindicais, incluindo-se as estruturas nelas organizadas; b) implementação dos contratos coletivos nacionais; c) garantia do livre acesso aos dirigentes sindicais ao interior das empresas e direito de instituir comitês sindicais nos locais de trabalho; d) garantir a ultratividade dos acordos coletivos; e) redução das jornadas de trabalho sem redução de salários e benefícios e limitação das horas extras. A ação segundo a CUT devia ser orientada para que tal reforma sindical e trabalhista tivesse caráter progressista, na busca de valorização do papel do estado como garantidor de direitos sempre buscando fortalecer a organização sindical e a ampliação de direitos.

Em seu plano de lutas aprovado no final das resoluções a CUT traduz todas as suas interpretações e debates em ações concretas, baseadas em três dimensões essenciais: unidade de ação; organização e mobilização das bases sindicais; e construção de alianças sociais.

### **3.6. - IX CONCURT – os desafios da “Era Lula”**

Com o tema “Emprego, Renda, e Direitos para todos os Trabalhadores e Trabalhadoras” em junho de 2006 era realizado o IX CONCURT em São Paulo com a presença de 2491 delegados. As resoluções foram divididas em cinco eixos: 1)

eleições de 2006 - o papel da CUT frente aos projetos políticos em disputa; 2) emprego, salário, desenvolvimento e inclusão social; 3) democratização do estado, políticas públicas e universalização dos direitos; 4) fortalecimento da estrutura e organização da CUT; 5) relação da CUT com os movimentos sociais e a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS).

Realizado mais uma vez as vésperas de eleições presidenciais, o IX CONCUR foi monopolizado em seu desenvolvimento pelos debates colocados acerca do processo eleitoral que se aproximava. Novamente o processo segundo a CUT marcava a disputa de dois projetos colocados, e a tarefa tirada nas resoluções não nos deixa dúvidas sobre qual o papel a CUT desempenhou: “era necessário para impedir o retrocesso e avançar nas mudanças, reeleger Lula presidente” (XI CONCUR, 2006, p.8).

O balanço realizado pela CUT sobre o primeiro mandato de Lula é extremamente positivo:

“os avanços que obtivemos nesse primeiro mandato de Lula são inequívocos: o aumento do emprego formal com a criação de aproximadamente 4 milhões de emprego com carteira assinada; o investimento de mais de R\$ 15 Bilhões entre 2004 e 2005 na agricultura familiar; a promulgação do estatuto do idoso; o combate ao trabalho escravo; a luta contra a discriminação de sexo e raça nas relações de trabalho , a contratação de funcionários públicos por concurso; o aumento real de quase 20% do salário mínimo que hoje compra duas vezes mais produtos da cesta básica do que no início do governo; a ampliação do ensino publico universitário; a não assinatura do tratado da ALCA; fortalecimento dos laços com outros países do sul do mundo e, em especial com os da America latina e a reorientação de empresas publicas (como Petrobrás e a BNDES), são alguns exemplos entre outros importantes.” (IX CONCUR, 2006, P.7).

A tarefa era assim definida frente a esse quadro:

“nossa tática combina duas tarefas imbricadas entre si: impedir o retrocesso (o que aconteceria com a vitoria do PSDB/PFL ) e apoiar a reeleição do presidente Lula, na perspectiva do avanço do projeto democrático – popular, pressionando pela aplicação da plataforma democrática definida no CONCUR, o que orientará posições da CUT frente as ações do próximo governo” (IX CONCUR, 2006, p.8)

Uma plataforma de reivindicações chamada “Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora” apontava eixos para a construção de um projeto nacional anti-neoliberal. O fortalecimento do estado como indutor do desenvolvimento é ponto de

análise e ganha importância nas resoluções, na busca de “um projeto nacional para a justiça social e soberania nacional”. A redução de juros e superávit primário eram medidas apontadas importantes para um melhor desenvolvimento com distribuição de renda, assim como a reafirmação da posição da CUT assumir posição contrária as privatizações, defendendo a anulação do leilão da Vale do Rio Doce. Questões como aceleração da reforma agrária, apoio à economia solidária e apoio a uma política nacional de desenvolvimento ambientalmente sustentável, também eram bandeiras levantadas a partir daquele congresso.

Democracia e organização do estado no Brasil era outro tema presente na plataforma, que enfatiza pontos como a transparência na gestão pública; “revisão do funcionamento dos diversos conselhos tripartites, transformando-os em espaços efetivos de formulação, deliberação, negociação e execução” e instituição e mecanismos regulares de aprofundamentos da democracia como plebiscitos, referendos e consultas, eram as proposições mais expressivas. O quarto grande eixo é definido como “mais direitos para o povo” que abarca desde reivindicações trabalhistas, como redução de jornada ao direito a greve. Aparecem também demandas relativas aos direitos ligados a cidadania e aos povos, como direito aos indígenas e quilombolas, a defesa da previdência pública universal, a defesa dos serviços públicos na saúde, educação e moradia.

A atuação e relação frente ao Estado ganha mais importância nas resoluções do IX CONCUR, em nossa análise, em virtude das relações da CUT com o governo Lula. No terceiro eixo, democratização do estado, políticas públicas e universalização de direitos as questões são especificadas. Interessamos frisar a defesa da

“intervenção organizada e qualificada em fóruns e espaços públicos, visando garantir o caráter público do estado, a qualidade e aprimoramento das políticas e serviços prestados; a instituição de mecanismos de participação efetiva na gestão e desenvolvimento das políticas, incluindo a adoção de mecanismos de controle social” (IX CONCUR, 2006, p.23).

Nota-se que há uma primazia conferida aos espaços institucionais, sendo até esquecida, ou omitida em algumas vezes, as estratégias de mobilização. Uma grande ênfase é dada também ao serviço público e à qualificação e valorização

permanente dos servidores públicos., além das principais bandeiras da categoria naquele momento: plano de carreira, fisionomia de vencimentos, regime jurídico único, negociação coletiva de serviço público e direito pleno a greve.

Diversos temas transversais são pautas de extensas resoluções, como a saúde do trabalhador, defesa do SUS, trabalho infantil, política energética e saneamento, segurança alimentar e nutricional, democratização dos meios de comunicação, meio ambiente e apoio a luta dos povos indígenas.

Acerca da estrutura e organização cutista as resoluções destacam quase os mesmos problemas colocados no congresso anterior. A organização por local de trabalho deveria ser reforçada assim como as outras formas de representação da CUT tal como as CUT-s estaduais e ramos de atividade fazendo com que todos, inclusive os sindicatos de base, fossem representantes da política e estrutura de organização cutista. A luta naquele momento era dedicada a ampliar o papel negociador da CUT na luta pela construção de um sistema democrático nas relações de trabalho, aprofundando as conquistas avaliadas no último período como a negociação em torno do valor do salário mínimo.

Pela primeira vez observamos resoluções mais detalhadas sobre a superação da discriminação racial e sobre o racismo, sobre a garantia do direito aos trabalhadores e trabalhadoras homossexuais e sobre política de gênero e pessoas deficientes.

## Conclusão

A transição à tática que privilegia a negociação e os fóruns de participação, tendo em vista a construção de uma agenda propositiva, em detrimento dos espaços de confronto e negação do Estado, é movimento claro e nítido se compararmos aos três primeiros CONCUTs com os seus congressos subseqüentes. Porém esta não é a única marca que podemos identificar no recorte aqui adotado.

Nesse período é relevante notar como a CUT fortalece seu movimento de representante maior não só da classe trabalhadora, extrapolando assim seu arco representativo, se tornando com o passar dos anos, uma força política representante de valores democráticos e de toda sociedade civil. Tal desenvolvimento ocorre sempre em consonância com a construção de um bloco, disforme em sua composição e continuidade, mas que tem como traço comum em todo processo o apoio a candidatura de Lula ao longo das eleições presidenciais desde 1989.

O período que é marcado pelas sucessivas derrotas dos projetos políticos apoiados pela CUT se encerra justamente com situação inversa. Em 2002, Lula é eleito com mais de 53 milhões de votos, fazendo com que sua vitória motivasse intensos debates de como seria estabelecida a relação entre seu governo e os movimentos sociais e populares em geral. O quadro era uma problemática também a ser resolvida no interior da CUT e em suas instâncias.

O que observamos é que frente às mudanças de cenário ocorridas e as táticas escolhidas, a CUT parece querer encontrar seu lugar e ajustar qual seria seu papel na defesa da construção de um modelo de sociedade. Tal caminho vai sendo percorrido com diversidade ao longo dos anos, porém é traço presente e contínuo se olharmos esses mesmos anos, como parte de uma visão mais geral de amadurecimento e crescimento da CUT.



## **4. OS CAMINHOS E DESENVOLVIMENTO DO 10º CONCURTO: AS NOVAS TAREFAS DA CUT**

Uma crise econômica que assustou todos os Estados e todo o sistema financeiro no final de 2008 e durante boa parte de 2009 era o principal tema de debate de todos os movimentos sociais e de todo movimento sindical no mundo. A supressão de milhares de postos de trabalho, o fechamento de parques industriais, a fuga de milhares e milhares de dólares, a injeção de dinheiro estatal para salvar bancos e empresas privadas, as críticas aos modelos neoliberais acusados de esgotamentos, todos esses temas estavam presentes em qualquer discussão travada nas mais diversas esferas.

O cenário brasileiro não se diferenciava desta lógica, com a adição de um elemento significativo: a crise ocorria em quadro pré-eleitoral em que, pela primeira vez, desde 1989, a principal liderança que surgira no movimento sindical do qual nascera a CUT, Lula, estaria fora da disputa pela presidência da República. Para alguns analistas a eleição deve ser marcada por uma disputa plebiscitária de continuidade ou não desses oito anos de mandato de Lula, outros ainda afirmam que as forças identificadas com o DEM, PSDB e outros partidos que compunham a base dos governos de Fernando Henrique Cardoso, terão que disputar a “eleição de suas vidas” sob o risco de ficar fora do Planalto durante os próximos doze anos, obviamente aventando uma possível volta de Lula.

### **4.1. - O texto base da Direção Nacional – as discussões preliminares ao 10º CONCURTO**

Aprovado nos dias 17 e 18 de março de 2009, o texto base da direção nacional da CUT foi avaliado e debatido desde seu lançamento até agosto, quando da realização do congresso da central, passando pelas etapas dos congressos

estaduais. O documento é dividido em quatro grandes unidades: (I – A CUT e a Conjuntura atual; II – Balanço político e organizativo; III – Estratégia e Plano de Ação e IV – Estatuto) foi alvo de votação no 10º CONCURTO com exceção da Unidade I.

Nossa análise procurará identificar pontos relevantes na caracterização do momento em que se realiza este congresso assim como do papel que a CUT desempenha atualmente.

O momento em que o texto base é escrito é o momento onde a crise econômica mundial coloca em alerta todos os setores industriais e produtivos obrigando a todos os elementos do mundo trabalho a voltarem todas as suas atenções para o tema. Desta forma a primeira Unidade *A CUT e a Conjuntura atual*, não foge desta imposição dos fatos começando com a caracterização da crise, tomada como a crise do capitalismo mais grave desde 1929. É apontada como uma crise de fundo estrutural, do que conjuntural, tendo como bases as mesmas políticas neoliberais do Consenso de Washington, segundo o texto, representado no Brasil por FHC / PSDB / DEM. Segundo a Direção Nacional da CUT, a crise acaba por demonstrar a incapacidade do modelo do Estado Mínimo, abrindo uma prerrogativa importante de disputa de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo e o Brasil, que passaria por questões de diversas dimensões: financeiras, econômicas, sócias, alimentares, energéticas, ambientais, políticas e ideológicas. Em contrapartida, com a preocupação causada pela crise o texto ressalta a conjuntura política da América Latina marcada por governos de esquerda e progressistas, que detêm a capacidade de contribuir para criação de saídas desta crise. As ações destes governos são marcadas pela prioridade conferida ao desenvolvimento com inclusão social. A ampliação desse paradigma em consonância com o fortalecimento do mercado interno e regional avança na construção de um bloco econômico, social e político do qual o sindicato e organização dos trabalhadores podem ocupar um importante papel.

O texto ainda ressalta que a crise se torna uma excelente oportunidade para colocar de forma clara os limites intrínsecos e estruturais do capitalismo e avançar na construção do socialismo, ampliando a luta de classes e organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento.

Em uma segunda parte da mesma unidade, o texto busca ressaltar os aspectos da crise no Brasil. O documento então avalia que o Estado brasileiro possui melhores condições de enfrentar a crise atual por conta de políticas econômicas que privilegiavam os investimentos nas empresas do Estado, o crédito e o orçamento amplo de políticas públicas, assim como a valorização do salário mínimo e o investimento em infra-estrutura. Todo esse escopo de ações tem papel fundamental quando se pensa na recuperação de economia e geração de empregos.

Passada essa caracterização da crise no Brasil, a CUT debate sua ação frente à conjuntura de crise, avaliando o momento como de mobilização e negociação, rejeitando qualquer acordo que vise suprimir qualquer direito objetivando a ampliação de lucros. Foi desta maneira que CUT apresentou o slogan *os trabalhadores não vão pagar pela crise* nas campanhas contra as demissões ocorridas na Embraer e Vale do Rio Doce no primeiro semestre de 2009, ressaltadas no texto base. Estes dois exemplos são marcantes constituem um elo com a questão, também colocada no texto, da necessidade de se reverter o processo de privatização, ou seja, mais uma crítica ao modelo de Estado Mínimo. Para a CUT a luta pela re-estatização dos setores considerados estratégico é parte do novo modelo de desenvolvimento.

Caracterizada a crise, avaliando seus reflexos no Brasil e o papel que a CUT desempenha nessa arquitetura, o texto base passa a avaliar os desdobramentos desse cenário na conjuntura eleitoral de 2010. Segundo o texto o primordial é que a conjuntura de crise permita a elevação do debate e discussão sobre a importância do Estado e das políticas públicas contribuindo assim para a construção de uma agenda propositiva para superação da crise com o desenvolvimento de um novo modelo influenciando a disputa de 2010.

Segundo o próprio texto “a CUT deve exercer nessa disputa de projetos, formulação de políticas públicas dentro de um modelo de desenvolvimento defendido por nós” (CUT, 2009). Nessa discussão teriam destaque questões como defesa da redução dos juros e da jornada de trabalho sem redução dos salários, de investimento na reforma agrária, na geração de empregos, e na valorização de salários e garantia de direitos, tornam-se centrais. O texto segue fazendo um

balanço positivo do movimento sindical cutista com o governo Lula em comparação com o governo anterior de FHC, porém faz questão de ressaltar que aplica na prática os princípios de liberdade e autonomia sindical para negar taxativamente qualquer tipo de atrelamento ao governo.

Na segunda unidade do documento, *Balanço político e organizativo*, são priorizadas as tarefas e desafios que a Central organizou e ultrapassou no último período que, segundo o texto, foi marcado pelo fortalecimento do projeto sindical da CUT no Brasil assim como pela disputa da hegemonia na sociedade.

Como podemos observar anteriormente e aqui reafirmado o 9º CONCURTO assinalou apoio à continuidade de um modelo popular e democrático representado pelo governo Lula, em defesa da democracia e valorização do trabalho assim como princípios de um projeto de desenvolvimento sustentável, com base nos seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e humanos. Nesse sentido a CUT apresentava ao candidato Lula uma plataforma expressando as reivindicações da classe trabalhadora com seus anseios e perspectivas, que ressaltavam a necessidade de mais democracia e organização do Estado com ampliação de direitos para avançar na construção do conjunto das próprias propostas apresentadas. Em relação ao nosso objeto é relevante ressaltar um trecho onde se lê:

“a concepção de desenvolvimento do qual o Estado tem um papel central na organização da economia e nas políticas de distribuição de renda e valorização do trabalho e, sobretudo no compromisso intransigente da Central de defender os interesses da classe trabalhadora que a intervenção da CUT frente a crise da economia capitalista se estabeleceu em 2008 tem sido pautada a proteção do direito dos trabalhadores e trabalhadoras”. (CUT, 2009, p.16)

A ampliação dos direitos é tema que merece destaque no texto base e segue o método anterior de um resgate das principais lutas e conquistas do último período. Podemos destacar nesse momento a conquista da política de Estado de valorização do salário mínimo aonde a CUT avalia que jogou um papel fundamental atuando de forma decisiva para o desenho desse cenário a partir da crise de 2008, inclusive com a realização da V Marcha da Classe Trabalhadora, neste mesmo ano, sob o

lema “os trabalhadores e trabalhadoras não vão pagar pela crise. Movimentos e campanhas pontuais importantes são relatados ao longo do texto tendo destaque o movimento contra a Emenda 3 que discutia o papel de fiscalização do Estado e por consequência a precarização do trabalho, a pressão pela retirada do PLP 01/07 que limitava os investimentos públicos com o funcionalismo, a defesa sobre o direito irrestrito de greve, os debates intensos sobre a real função da terceirização, a conquista do piso nacional de educação, assim como a atuação da CUT no plebiscito da anulação do leilão da Cia. Vale do Rio Doce junto com demais entidades. Avanços na organização e nas questões de gênero no interior da Central, a campanha de igualdade e oportunidade na vida, no trabalho e no movimento sindical, as jornadas nacionais de agricultura familiar e a participação da CUT no Grito da Terra ressaltando a importância para a Central da intervenção entre os trabalhadores rurais e defesa da reforma agrária foram questões que mereceram destaque ao longo do texto.

Ao final deste ponto um outro aspecto interessante é colocado. O texto se debruça sobre uma realidade passada no interior do movimento sindical cutista no último período. Pode-se ler:

“mesmo envidando esforços pela unidade, não conseguimos evitar a saída de segmentos que estiveram presentes na CUT desde a fundação e outros que se filiaram posteriormente. Se, por um lado, lamentamos o divisionismo e a partidarização das centrais que se instituiu no movimento sindical, por outro lado não só continuamos crescendo como liderando importantes mobilizações nacionais pela ampliação de direitos e na disputa pela hegemonia de um outro projeto de sociedade, sem romper com os nossos princípios históricos de liberdade e autonomia sindical”. (CUT, 2009, p.20)

Este pequeno trecho, talvez o único incisivo na totalidade do material, serve para clarificar a situação de saída de importantes setores a partir de 2004. Após o reconhecimento das centrais sindicais pelo Ministério do Trabalho e pelo Governo, o PC do B impulsionou a saída de sua corrente sindical, a CSC (Corrente Sindical Classista,) arrastando consigo aliados e simpatizantes de dentro da CUT para a criação da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) seguindo uma lógica iniciada pelos partidários do PSTU e PSOL. Esses por sua vez, já haviam rompido com a Central Única dos Trabalhadores em anos anteriores constituindo outros

agrupamentos (Conlutas e Intersindical) que não propriamente centrais sindicais modificando a disputa e o mapa do movimento sindical brasileiro. Neste quadro é que se torna constante o tema fortalecimento do projeto sindical cutista no Brasil. Veremos mais a frente que este cenário de divisão e partidarização do movimento sindical levam a CUT a afirmar que é necessário fortalecer seu projeto e seus princípios a fim de disputar a hegemonia sindical no país. Parte do fortalecimento desse projeto é encarado pelo texto base como associado ao papel a ser desempenhado em um novo cenário, após o reconhecimento institucional das centrais sindicais, fruto de um acordo entre representação dos trabalhadores e governo, que torna possível à CUT representar de forma legal os trabalhadores em fóruns e instâncias nos quais forem debatidos interesses da classe trabalhadora. Avaliando esses aspectos como positivos, o texto da direção nacional reconhece que o debate sobre a sustentação financeira das entidades sindicais foi intenso, fazendo com que a CUT reafirmasse a luta contra o imposto sindical e pelo estabelecimento da contribuição negocial aprovada em assembléia.

Na terceira parte, chama de “estratégias e planos de ação” o lema que abre a discussão nos coloca o eixo escolhido: “enfrentar a crise ampliando a luta de classe e organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento”. Segundo as resoluções, a oportunidade que a crise possibilita é de colocar frente a frente de forma mais evidente a disputa entre dois projetos de Estado, defendendo o Estado como mecanismo de desenvolvimento e democrático, antagônico ao modelo atual hegemonizado pelo capital. Para tanto a conclusão do texto base fala na necessidade de atualização da perspectiva socialista, que passa pela ação sindical cada vez mais lastreada na organização por locais de trabalho e pela defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente equitativo e geo-politicamente equilibrado. Esses seriam os dois principais eixos norteadores da CUT para o próximo período.

É com base, pois, no eixo 1 do documento – enfrentamento da crise, organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento com a defesa imediata dos empregos, da renda e dos direitos e consolidação de um estado democrático - que a CUT analisa e interpreta sua relação com o Estado e formula suas próprias intenções.

Após o acúmulo realizado ao longo dos Congressos nacionais e Plenárias e mais inúmeros encontros temáticos, o décimo congresso deveria, segundo o texto base da direção, se engajar na luta cada vez maior pelo estabelecimento de um estado democrático e popular com horizonte para a sociedade socialista. Diz o documento :

“defendemos uma proposta de reorganização do estado brasileiro segundo princípios democráticos; assentada na garantia e na ampliação de direitos – especialmente os do trabalho -, na crítica o predomínio dos princípios mercantis, para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do estado e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa. O que implica a compreensão de que lutamos por um estado forte, com capacidade de investimentos em políticas públicas voltada para o atendimento dos interesses e demandas da maioria da população nos campos da educação, da saúde e da proteção social, e no estímulo à produção fomentando a geração de trabalho descente e a ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Um estado democrático, com caráter público, cuja gestão esteja sustentada na participação ativa da sociedade civil., implica a compreensão de uma concepção de sociedade cuja cidadania se expresse através de instrumentos que coadunem aspectos da democracia direta e indireta , já que a construção de um novo marco ético – político na gestão do estado em nosso país, passa necessariamente pela construção de um projeto que lhe confira um caráter democrático e popular”. (CUT, 2009)

O que podemos observar é a incorporação ao discurso oficial da CUT de uma percepção que vê certa complementaridade entre a central e o Estado. Como vimos, desde a década de 1990, a CUT passa a desenvolver uma lógica discursiva de “atualização perene” do seu papel frente ao cenário colocado. Neste processo, o X CONCUR é o de proximidade a uma naturalização da lógica não conflitiva na relação com o Estado. Entendemos aqui que tal lógica não conflitiva, não implica necessariamente em perda da autonomia sindical ou adaptação ao aparelho estatal ou passividade a qualquer governo. Nossa análise permite desenvolver o pressuposto de que a CUT, as vésperas de seu décimo congresso nacional, chega com muito mais certezas de seu papel atual superando, portanto, o discurso recorrente de atualização do seu papel, que hoje não enseja sequer grandes debates no próprio interior da central. Tudo que aparece nesse sentido obedece mais a uma lógica conjuntural e pontual do que a discussão de um todo mais geral. Mesmo havendo posições divergentes sobre a ocupação de espaços institucionais,

após seus 26 anos de existência, esta é uma questão encerrada, em face do que a central define como papel do Estado.

Quando lemos

“se a ampliação da intervenção do estado for combinada com o controle social das suas atividades, os cidadãos e cidadãs ganharam mais poder de decisão sobre as próprias condições de vida. Ou seja, a classe trabalhadora só será politicamente hegemônica revolucionando a estrutura do estado. Portanto, fortalecer o estado e ampliar os espaços de participação social nas diversas instâncias rescisórias é fundamental para que seja implementado um projeto legítimo de desenvolvimento para o país” (CUT, 2009, p.25)

Há, portanto, um amadurecimento, um acúmulo de discussão suficiente para que a CUT assumira de fato sua posição: o Estado já não é mais uma esfera meramente conflitiva, ao contrário, onde resguarda sua autonomia, é possível um diálogo, uma cooperação. Além disto, o que nos parece ainda de maior importância é possível e, em certa medida, necessário, segundo a CUT, uma formulação conjunta de políticas com o Estado, em meio a um projeto político compartilhado.

Tal projeto político, tema obrigatório em todos os congressos anteriores, aqui aparece devido às eleições presidenciais de 2010, porém com menos ênfase do que se poderia supor. A estratégia nesse ponto é tal qual a eleição anterior: a CUT estava disposta a mobilizar sua base, através de discussões para elaborar uma Plataforma Nacional da Classe Trabalhadora para 2010, a ser apresentada aos candidatos a presidente. Deve-se, portanto, não perder de vista, segundo o texto base da direção, que o modelo de Estado apresentado pelo PSDB e DEM deve ser pauta principal das eleições, sendo segundo as proposições inerente a esses setores, um projeto identificado com a “ausência da participação popular, a elitização da política e a privatização dos espaços públicos e a criminalização dos movimentos sociais”. (CUT, 2009, p.26)

Temas abordados e importantes e que assim merecem destaque dizem respeito à valorização da educação, fortalecimento da discussão pela democratização dos meios de comunicação, a defesa de sistemas universais de seguridade social e saúde do trabalhador, e a defesa do SUS.

No segundo eixo, atualização e fortalecimento do projeto sindical cutista, a discussão abarca o fortalecimento da política da CUT frente à juventude, mulheres e



sua situação internacional, com a unificação da agenda sindical internacional “em defesa dos empregos com salários dignos e respeito aos direitos sociais e trabalhistas” e aprofundamento do que se denomina relação Sul / Sul. Espaços importantes, na avaliação do texto, eram criados, como a Rede Brasileira pela integração dos povos (REBRIP) e a Aliança Social Continental (ASC), que permitem levar “ações políticas regionais, continentais e globais mais concretas e efetivas que fortaleçam o mundo do trabalho”, fortalecendo assim a estratégia da CUT da luta contra a hegemonia da globalização neoliberal.

No que tange sua organização sindical, a CUT não inova estrategicamente, porém em nossa análise resgata alguns pontos importantes enfraquecidos nos Congressos anteriores, como a questão do imposto sindical. Sem fazer qualquer análise aprofundada do seu papel na relação entre Estado / Sindicato, reafirma a questão de princípio, colocando-se mais uma vez de forma incisiva contra o imposto no desenvolvimento do texto.

Segundo a direção era hora de reafirmar os princípios de liberdade:

“Principal traço constitutivo da identidade do sindicalismo cutista, a defesa da liberdade e da autonomia sindical e seus desdobramentos em iniciativas concretas para consolidar sindicatos livres, independentes, autônomos e democráticos, organizados desde o local de trabalho até os níveis nacionais, é o principal desafio da CUT no próximo período frente à legalização das Centrais Sindicais e ao quadro de acirramento da disputa com outros projetos sindicais” (CUT, 2009, p.35)

e ainda fazer um resgate das práticas cutistas:

“Reafirmamos e atualizamos os princípios do sindicalismo combativo inaugurado por nós: a democracia interna, a organização desde a base, a independência de classe e adicionamos outros igualmente fundamentais: a tarefa de organizar o conjunto da classe em sua heterogeneidade e não apenas aqueles incluídos no sistema de direitos, com base da formalização do trabalho; o lugar da luta das mulheres para a construção de um mundo de igualdade; no combate à todas as formas de discriminação; o objetivo estratégico do sindicato de, a partir do seu cotidiano, construir a consciência participativa e soberana da classe trabalhadora. (CUT, 2009, p.35)

As duas passagens nos possibilitam colocar um aspecto fundamental em nossa análise: a CUT chega às vésperas do seu 10º CONCURT buscando ajustar a “modernização do seu papel”, realizada ao longo dos congressos anteriores, e seus traços fundamentais de sua identidade definidos em sua fundação. Nossa leitura

observa, portanto, que a CUT chega ao seu décimo encontro com a necessidade de recolocar na pauta traços fundamentais que forjam sua identidade.

Os enunciados contrários à estrutura corporativista e o resgate dos princípios do sindicalismo combativo parecem servir como combustível à disputa com outras centrais, diante da presença de 47% das entidades sindicais sem filiação a nenhuma central. Nossa análise parte do pressuposto de que, superados importantes debates no interior da Central durante a década de 90, a CUT se lança a outra tarefa: resgatar sua identidade, seus princípios. Naturalmente que falamos aqui das resoluções congressuais, uma vez que nossa análise não alcança seus desdobramentos na prática sindical.

Embora a atualização da estrutura organizativa, especialmente da estrutura vertical, seja um debate urgente e necessário em termos da sua composição à luz da configuração atual do mercado de trabalho, das relações formais e informais de trabalho; dos limites e potencialidades para a disputa com outros projetos sindicais, inclusive no tocante a oposições sindicais e conquista de sindicatos que hoje não são filiados a nenhuma central, a definição de estratégias para a consolidação da organicidade do projeto sindical cutista a partir dos locais de trabalho deve perpassar o conjunto das ações da Central no próximo período. Ou seja, a materialização dos princípios e das decisões da Central é o elemento-chave que vai permitir diferenciar o nosso projeto dos demais projetos sindicais. (CUT, 2009, p.38)

É em busca desses objetivos que o Caderno de Texto aponta ainda para uma necessária e crescente capacitação e formação dos dirigentes sindicais cutistas, a fim de homogeneizar sua prática local e instrumentalizá-los para as relações colocadas frente ao Capital, e também frente a outros projetos sindicais.

A busca do fortalecimento pela Organização por Local de Trabalho reaparece no Caderno de Texto do 10º CONCUR com destaque, ressaltando inclusive o que a direção nacional denomina de “nossa atuação no parlamento” buscando “regulamentação do direito à organização nos locais de trabalho”. O eixo desta etapa estratégica de estruturação da organização dos trabalhadores permitiria avançar no programa de contribuição voluntária abandonando o imposto sindical.

É preciso construir estratégias de disputa sindical, levando em consideração, inclusive, a recomposição do quadro sindical brasileiro após o reconhecimento das centrais. Precisamos ampliar o sindicalismo combativo e, para além do fortalecimento e enraizamento de nossos sindicatos, devemos incentivar a organização de oposições sindicais em sindicatos não filiados,

privilegiando a identificação com os princípios cutistas, a representatividade na base (CUT, 2009, p.40)

#### 4.2. – O desenvolvimento do 10º CONCURTO

Em um texto sobre o balanço da Direção Nacional publicado no sítio da CUT às vésperas do 10º CONCURTO, além de distribuído em edição impressa, alguns aspectos importantes são ressaltados e colocados em discussão, destacando-se algumas iniciativas e campanhas pontuais levadas adiante entre 2006 e 2009. O que podemos analisar é que balanço no seu desenvolvimento frisa conquistas importantes tendo destaque a luta pela valorização do salário mínimo

Identificando o aumento dos ataques ao governo Lula, em virtude da disputa eleitoral de 2006, a direção se coloca ao lado das iniciativas de valorização do salário mínimo, que segundo o texto, obteve reajuste nominal de 44,95% em sete anos. Tais medidas garantiriam o fortalecimento do mercado interno, pilar importante segundo a direção da CUT para se fortalecer um projeto de um novo modelo de desenvolvimento, que preze pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras. É esse modelo de desenvolvimento, termo recorrente no texto de balanço e no texto base, que serve de discussão para o 10º Congresso, e é tido como o principal instrumento de enfrentamento da conjuntura de crise econômica mundial. É com base nesse modelo de desenvolvimento que as tarefas da Central estão colocadas. Assim a CUT ressaltava em seu balanço a exigência de contrapartidas sociais exigidas pelo governo para proteção do emprego, luta que é somada a ratificação da convenção 158 da OIT.

Notório é perceber o destaque que o balanço assegura ao enfrentamento dos trabalhadores, organizados através da CUT, à crise. Relata-se a presença de mais de trinta e cinco mil trabalhadores presentes na V Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, que tinha como um de seus principais eixos o lema: “os *trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise*”. Interessante notar que o enfrentamento é

ponto importante em todos os textos fazendo com que, de certo modo, a CUT resgate princípios.

A solução da crise, a superação da situação colocada, é a construção de um novo modelo de desenvolvimento, aqui colocado sob dois eixos principais: a) fortalecimento do mercado interno e b) defesa do patrimônio nacional e do controle do Estado sobre as demais riquezas.

Pontos importantes de embate contra o governo nesse período merecem destaque: contra o projeto de Lei Complementar 01/07 que buscava limitar investimentos com salários e contratações no serviço público, pela manutenção do veto da Emenda 03, emenda que buscava restringir a ação dos fiscais do trabalho de apontar a existência de vínculos empregatícios entre patrões e empregados - tarefa que ficaria apenas com a Justiça, o que segundo a CUT abriria uma grande possibilidade para maiores flexibilizações e desregulamentações trabalhistas; e por fim uma campanha desenvolvida pela CUT que colocava em cheque a prática patronal de terceirização. Outro ponto importante foi à batalha para barrar a luta pela retificação do congresso da convenção 151 da OIT que regulamenta a negociação coletiva no serviço público. No balanço publicado no sitio, naturalmente estão colocados quase que exclusivamente os êxitos obtidos pela Central desses últimos três anos e também ressaltados os “avanços” da própria política do governo e a idéia de que os avanços devam ser institucionalizados, e tornem-se políticas de Estado.

O desenvolvimento do Congresso em si, do qual pudemos participar na qualidade de observador, transcorreu sem maiores divergências e polêmicas. Alguns destaques, como de praxe, e uma importante discussão, que causou mais impacto na plenária, sobre a necessidade da CUT apoiar e impulsionar uma campanha, já em andamento, que exigia de Lula uma Medida Provisória para proteger os empregos proibindo as demissões. Após defesas favoráveis e contrárias, a votação teve que ser refeita só sendo possível um contraste visual em uma segunda votação, onde se aprovou a não inclusão, no texto base apresentado, do apoio da CUT a essa campanha.

Sobre o quadro que a CUT chegava naquele congresso é interessante notar algumas falas dos principais dirigentes CUTistas, representando cada qual sua

corrente política e sindical. Expedito Solaney, secretário nacional de Políticas Sociais, representante da *Articulação de Esquerda*, destacou que "a CUT está mais combativa. Em comparação ao mandato anterior, isso foi positivo, pois a Central estava dócil em relação ao governo e tinha muitas dificuldades para articular mobilizações" (DALLE, 2009). Shakespeare Martins de Jesus, representando a *Tendência Marxista*, ressaltou "as caminhadas, as marchas a Brasília, que culminaram na política de valorização do salário e nas correções da tabela do imposto de renda" (DALLE, 2009).

Júlio Turra, em nome de *O Trabalho*, destacava uma alteração de comportamento na CUT dentro dos mandatos de Lula: "Em relação ao mandato anterior, foi uma gestão mais ativa, independente e autônoma. Naquela época, a CUT estava meio atordoada em função de uma situação nova: Lula presidente". Turra prossegue dando ênfase

"a mobilização do dia 15 de agosto de 2007. Empunhamos naquela ocasião bandeiras nas quais tivemos vitórias parciais. A emenda 3, que conseguimos barrar. As fundações estatais de direito privado, que o governo acaba de desistir, depois da pressão da CUT. No caso do PLP 01, que limitava investimentos com servidores públicos, a CUT apareceu na ofensiva e também impediu o progresso desse ataque. Como aspecto negativo, a maior pisada na bola foi aceitar os termos do acordo de reconhecimento das centrais, que manteve a unicidade sindical e ainda destinou parte do imposto sindical para as centrais. Mas ainda há uma saída positiva para isso: lançar uma campanha de fato para garantir a ratificação da convenção 87, que institui a liberdade e a autonomia" (DALLE, 2009)

Para o então presidente da CUT, e reeleito ao final do Congresso, Arthur Henrique, que falava na abertura em nome da *Articulação Sindical*, o quadro descrito era o seguinte:

"Nós começamos esta gestão discutindo um novo modelo de desenvolvimento, com distribuição de renda e valorização do trabalho. Isso muito antes da eclosão da crise. Agora, estamos fazendo um amplo debate com as nossas bases, como deve ser o papel de uma central, para elaborar a Plataforma da Classe Trabalhadora às Eleições 2010, para garantir avanços na democracia e na gestão do estado (...) Na V Marcha, em 2008, levantamos a bandeira de 'A Classe Trabalhadora Não Vai Pagar pela Crise'. Lá, também protestamos diante do Ministério do Trabalho contra o aparelhamento da pasta e especialmente contra a proposta de criar imposto sindical para servidores e pelo cumprimento do acordo de reconhecimento das centrais, que inclui o envio de um projeto que extingue o imposto sindical. Mas tem que colocar algo no lugar, pois a legislação hoje favorece quem não é sócio.

Esperamos que o projeto que cria a contribuição da negociação coletiva seja encaminhada pela Casa Civil ainda em agosto" (DALLE, 2009)

E criticou grupos que saíram da CUT

"Não adianta nos chamar de chapa-branca. Nos últimos sete anos, quem mais fez greves foram os sindicatos da CUT, incluindo no setor público. Os sem-lutas e outros saíram da CUT, e eu digo que eles serão bem-vindos de volta, mas saíram e não causaram o impacto que imaginavam. Sem mexer artificialmente na proporcionalidade, construímos esse grande Congresso. O que precisamos agora é ampliar nossa unidade interna para a disputa com as outras centrais". (DALLE, 2009)

Pela *CUT Socialista e Democrática*, Dary Beck Filho avaliava da seguinte forma: "Nós entendemos que a CUT conseguiu retornar ao protagonismo da sociedade brasileira." (DALLE, 2009). O diretor chamava a atenção para a discussão que a CUT impulsionou sobre os agrocombustíveis, conseguindo segundo, ele "flexionar o projeto para a valorização da agricultura familiar e menos espaço para o agronegócio" (DALLE, 2009)

Importante é observar como os pronunciamentos destacados acima sugerem uma mudança de postura em relação ao mandato anterior de Lula, num processo de afirmação de uma maior autonomia da central.

## CONCLUSÃO

No decorrer de toda a existência de organizações de trabalhadores no Brasil, a relação que estas estabeleceram com o Estado, seu grau de autonomia, suas possíveis relações conflitivas, sempre se constituíram em aspectos fundamentais para a formação da identidade do sindicalismo e hoje contribuem para a interpretação dos desafios colocados pelo atual cenário. Com a criação da CUT, e a formação de um sindicalismo que nascia essencialmente em contraponto a prática sindical existente, uma nova fase se erguia no Brasil. De uma relação extremamente conflitiva, combinada ao crescimento das mobilizações e adesão a esse projeto, a CUT passa durante longos anos se repensando, e buscando um ajuste de seu discurso e de seu papel frente aos novos elementos que ganham força na década de 90, principalmente a reestruturação produtiva, o enfraquecimento do ideário socialista e o crescente avanço das políticas neoliberais, reduzindo drasticamente o papel do Estado.

Ambos os períodos marcam grandes disputas no interior da CUT, fazendo a Central oscilar entre a dinamicidade das disputas e a imobilização que eventualmente provocam. Tal marca é impressa nas resoluções congressuais durante esses vinte e seis anos desde sua fundação. É essa mesma marca que nos permite um olhar sobre a relação estabelecida entre Sindicato e Estado de uma forma ainda pouco explorada pela literatura sobre o tema. As práticas sindicais, as organizações em suas posições e disputas políticas, as prerrogativas conjunturais, são também um aspecto fundamental e muitas vezes servem de guia analítico para estudos valiosos. Nosso objetivo foi avaliar as resoluções congressuais da CUT com um olhar mais sistêmico, mais abrangente, encontrando caminhos de continuidade e caminhos de rupturas, percebendo ali um ponto de interpretação importante e distinto dos demais, notando que através das resoluções podemos obter um caminho único, mesmo que tortuoso, que acompanha todas as fases da CUT. A análise desta totalidade permite uma visão mais ampla, de modo a identificar um conjunto de princípios comuns que permanecem em todas as resoluções e outros que, com o avançar dos anos perdem força, até desaparecer por completo.

a visão da história marcada por rupturas, contudo, não significava apenas uma distinção entre partes, mas em grande medida vinha somada à valorização de uma das partes em que se cindira a história, jogando-se a outra imediatamente para o espaço do negativo, uma espécie de anjo caído do processo. Deste modo, as análises realizadas sob esta perspectiva não só passaram ao largo das possíveis continuidades e semelhanças entre os períodos nos quais dividiam a história, como também tiveram dificuldades em perceber suas especificidades.

No caso da constituição do "novo sindicalismo", tanto a idéia da ruptura como a da desqualificação de outros períodos produziram efeitos discursivos e práticos, levando a uma confusão entre o que é e o que deve ser. Se a interpretação sociológica partiu da suposta "positividade" de um dos períodos para tentar entender a "negatividade" do outro, a interpretação política partiu da suposta "negatividade" de um dos períodos para a proposição da "positividade" de um outro. (RAMALHO, 1998)

O debate preparatório do X CONCUR se revela como marco importante na existência da CUT. Tal como a conjuntura benéfica para a ascensão do movimento grevista, autêntico e conflitivo na década de 80, e a situação que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impõe na década de 90, a atuação da CUT e suas relações com governo Lula deixam marcas inegáveis na identidade cutista e forjam claramente seus passos em relação ao desenvolvimento futuro.

O que podemos observar no desenvolvimento desses vinte e seis anos, ao menos no que tange suas resoluções congressuais é que, mesmo em momentos acentuados de um paradoxo colocado entre discurso / prática e de alterações ideológicas, a CUT busca manter seu princípio fundamental, sua força de fundação, que versa principalmente sobre sua relação com o Estado na questão da estrutura sindical.

Nossa análise percebe que para além das conjunturas econômicas e sociais - variáveis importantes e muitas vezes determinantes - existem traços constantes ao longo da existência da CUT, que forjam sua identidade. A relação mais conflitiva com o Estado acontece via embate sobre estrutura sindical, num momento – década de 80 – em que a CUT parece debater de forma mais determinada seus princípios, organização e seu papel. É nesse cenário, de buscar a mobilização direta de classe, de ampliar a organização por local de trabalho, de reiterar sua independência e autonomia, que a discussão da forma de organização era até certo ponto tida



como a mais importante e relevante na CUT. Soma-se a isso a ausência da disputa de projetos políticos em grandes processos eleitorais.

Para nós, não é coincidente que, os processos eleitorais iniciados em 89, marcam também uma mudança na postura da CUT de se ver como vetor importante de um campo político, que por mais difuso e descontínuo, se projeta até os dias atuais. A CUT quando assume responsabilidades maiores que as sindicais, assumindo bandeiras e projetos políticos definidos, no campo da democracia e da cidadania, institucionalizados e regulados muitas vezes pelas eleições acaba por priorizar em suas resoluções congressuais as táticas, ou posturas pontuais, dadas naquele momento, abandonando na prática lutas cotidianas em busca da concretização de seus princípios fundadores.

Nos identificamos mais uma vez com a análise de Santana que

“Atingindo a "maioridade" como o projeto sindical mais sólido no sindicalismo nacional, institucionalizado através da CUT, o "novo sindicalismo" passou de "movimento" a "instituição", deixando de ser "oposição" para tornar-se "situação". Processo que implica uma série de questões, principalmente relativas aos rumos a seguir em um momento em que o sindicalismo no plano mundial se vê enfraquecido e ameaçado em sua própria existência.”  
(SANTANA, 1999)

È debruçada sobre uma série de questões, e desafios que a CUT aponta para uma tática de recuperação paulatina dos princípios proclamados na origem da central, de modo a firmar sua identidade num cenário marcado pela presença de correntes alternativas de organização sindical.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### Livros, Artigos e Teses

ALVES, Giovanni (2003). *Limites do Sindicalismo – Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru: Praxis.

\_\_\_\_\_ (2005) *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_ (2006) *Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - O Brasil nos anos noventa*. In Teixeira, F. e Oliveira, M. (orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva - As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez,

ANTUNES, Ricardo (1982). *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Editora Cortez.

\_\_\_\_\_ (2000) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_ (2002) *Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*. In: Antunes, R. (org). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. 2. ed. São paulo: Boitempo Editorial.

\_\_\_\_\_ (2004) *Anotações sobre o capitalismo recente*. In: Antunes, R. e Silva, A. M. (orgs). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.

\_\_\_\_\_ (2006) *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. (2007). *O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical*. In: Revista Katálysis, Santa Catarina: vol 10, n 1.

BOITO JUNIOR, Armando (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: HUCITEC.

COSTA, Sérgio Amad (1986). *Estado e Controle Sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção, 1960/64* – São Paulo: T.A. Queiroz.

CROZIER, Michel (1968). *Sociologia do Sindicalismo*. In: Rodrigues, Leôncio Martins – *Sindicalismo e Sociedade, 1968*, São Paulo: Difusão Européia do Livro.

DIAS, Everardo (1977). *A História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.

ERICKSON, Kenneth Paul (1979). *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*, São Paulo, Vozes: 1991

\_\_\_\_\_ Para onde vai a CUT? São Paulo, Scritta, 1993.

GALVÃO, Andréia (2007). *As reformas sindical e trabalhista em perspectiva comparada: uma análise dos governos FHC e Lula*. Disponível em <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/andrea%20galvao.pdf>. Acesso em Ago. 2009.

HORN, Carlos Henrique (2005). *Reflexões sobre Consenso e Dissenso na Reforma Sindical*. Disponível em <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/carlos%20henrique%20horn.doc> Acesso em: Mar. 2008.

LOPES, Juarez Brandão (1964) *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

MARANHÃO, Ricardo.(1981) *Sindicatos e Democratização*, São Paulo: Brasiliense.

MORAES FILHO, Evaristo. (1978), *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa-Omega.

RODRIGUES, Leôncio Martins (1999). *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_ (1990). *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

\_\_\_\_\_ (1974). *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Editora Braziliense

SANTANA, Marco Aurélio Santana (2000), *Trabalho, Trabalhadores e Sindicatos em Meio ao Vendaval Contemporâneo*. In: Revista DADOS, IUPERJ, Rio de Janeiro: v 43 n 2.

\_\_\_\_\_ (1999). Entre a Ruptura e Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754.pdf>. Acesso em Ago. 2009

SANTOS, S. Tadeu R. *O “novo” no novo sindicalismo? O (atual) debate sobre organização sindical no sindicalismo-CUT*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: 2002.

SIMÃO, Azis. (1981). *Sindicato e Estado – suas relações na formação do proletariado em São Paulo*. São Paulo: Editora Ática.

VIANNA, Oliveira. (1951), *Direito do Trabalho e Democracia Social*. Rio de Janeiro, José Olympio

VIANNA, Luiz Werneck. (1999). *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

WEFFORT, Francisco. (1970), *Sindicatos e Política*. São Paulo, USP (Tese de Livre Docência).

WEFFORT, Francisco. (1973). *As origens do sindicalismo populista* In: Estudos CEBRAP, nº 4, São Paulo.

## **Documentos da CUT**

CUT. (1984) Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT. São Bernardo do Campo, agosto de 1984. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (1986). Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT. Rio de Janeiro, julho e agosto de 1986. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (1988). Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT. Belo Horizonte, setembro de 1988. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (1991) Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, setembro de 1991. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (1994) Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, maio de 1994. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (1997) Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT. agosto de 1997. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (2000) Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT. Serra Negra, agosto de 2000. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (2003) Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, junho de 2003. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (2006) Resoluções do 9º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, junho de 2006. em: <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.

\_\_\_\_ (2009) Texto Base da Direção Nacional <http://www.cut.org.br/> consultado em agosto de 2009.